

ALENILDA ARAÚJO DE SOUZA PROCÓPIO
KÁSSYA DOS SANTOS SILVA
MARIA DO ROZÁRIO FONSECA AZEVEDO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

EDUCAÇÃO POPULAR: recortes da educação não formal na pedagogia de Tião Rocha

JOÃO PESSOA/PB

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ALENILDA ARAÚJO DE SOUZA PROCÓPIO
KÁSSYA DOS SANTOS SILVA
MARIA DO ROZÁRIO FONSECA AZEVEDO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

EDUCAÇÃO POPULAR: recortes da educação não formal na pedagogia de Tião Rocha

Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Licenciatura
em Pedagogia do Centro de Educação da Universidade
Federal da Paraíba.

Orientadora: **Professora Dr^a. Tânia Rodrigues Palhano.**

JOÃO PESSOA/PB

2013

ALENILDA ARAÚJO DE SOUZA PROCÓPIO
KÁSSYA DOS SANTOS SILVA
MARIA DO ROZÁRIO FONSECA AZEVEDO

EDUCAÇÃO POPULAR: recortes da educação não formal na pedagogia de Tião Rocha

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia
do Centro de Educação da Universidade Federal da
Paraíba como requisito para obtenção do título de
Graduada em Pedagogia.

Aprovada em: 04 de setembro de 2013



Prof.ª. Dr.ª. Tânia Rodrigues Palhano
Orientadora



Dr.ª. Laura Maria de Farias Brito
Prof.ª. Estágio V



Prof.ª. Dr.ª. Maria das Graças de Almeida Baptista
Avaliadora

JOÃO PESSOA/PB
2013



DEDICATÓRIA

Eu, Alenilda, dedico este trabalho primeiramente a Deus, pelo dom da vida e ao qual muitas vezes recorri solicitando a paz e a tranquilidade necessária para a realização desse trabalho. Ao meu filho Igor, ao meu esposo José Valdilânio, a meu pai Antônio e a minha mãe Antônia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me conceder esta oportunidade e por ter me dado muita força e sabedoria para a realização deste trabalho.

Ao Corpo Docente do curso de Pedagogia, que dividiram seus conhecimentos, contribuindo no processo de construção do nosso conhecimento e pelo apoio em todas as etapas do curso.

À minha orientadora Tânia Rodrigues Palhano por toda atenção, dedicação e paciência, durante todos os nossos encontros, para que este trabalho fosse realizado.

A todas as pessoas que participaram direta ou indiretamente contribuindo para a realização deste trabalho ou estiveram presentes ao meu lado nesta jornada, em especial:

A meu pai Antônio Justo que já não está mais presente nesta vida, a minha mãe Antônia Jacinto. A eles agradeço pelo apoio inicial, incentivo e pela pessoa que sou hoje.

A José Valdilânio meu esposo, Igor meu filho dois grandes amores da minha vida, pelo apoio, incentivo, por acreditarem em mim, por ficarem ao meu lado e por entenderem o motivo de minha ausência muitas vezes. A eles o meu eterno amor.

Aos meus irmãos e familiares pela amizade e companheirismo.

A minha cunhada Valdinélia pelo apoio nos momentos difíceis.

As minhas colegas de classe e, em especial, a Maria do Rozário, Kássya, Maria Luísa e Rebeca que estiveram sempre presentes, tanto nos momentos difíceis como nos bons.

A todos os meus mais sinceros agradecimento, muito obrigada.



DEDICATÓRIA

Eu, Kássya, Dedico este trabalho primeira mente a Deus; dedico esta, bem como todas as minhas demais conquistas, aos meus amados pais (Painho Israel e Mainha Hilquias), minha irmã (Katiany-Aninha!) e meus amigos e colegas. Claro que não poderia deixar de citar ela, que foi um exemplo como estudante e pessoa - Rozário Fonseca.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força e braço forte durante toda esta longa caminhada.

Agradeço também a todos os professores que me acompanharam durante a graduação, em especial à Profa. Tânia Palhano responsável pela realização deste trabalho.

Agradeço á todos que estão a minha volta, amigas da classe, amigos do trabalho, irmãos da igreja. Meu sucesso será uma conquista abençoada não só para mim, mas para todos que estão comigo.



DEDICATÓRIA

Eu, Rozário, dedico este trabalho primeiramente a Deus, que me permitiu chegar até aqui e a todos que direta ou indiretamente participaram da minha formação profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me conceder esta oportunidade e por ter me dado muita força e sabedoria para a realização deste trabalho.

A professora Marisete Fernandes de Lima, por ter me incentivado a ingressar no Curso que ora termino.

Ao meu marido Olavo, pela atenção e por toda ajuda sempre que precisei.

Aos meus filhos Emerson, Erika e Olavo Júnior, a Tatinha, a toda minha família, pelo apoio nesta jornada.

A todos que trabalham comigo, pois sem suas colaborações, não teria conseguido alcançar este objetivo.

As minhas colegas de classe e, em especial, a Alenilda, Kássya, Maria Luisa e Rebeca que estiveram sempre presentes, tanto nos momentos difíceis como nos bons.

À minha orientadora Tânia Rodrigues Palhano por toda atenção, dedicação e paciência, durante todos os nossos encontros, para que este trabalho fosse realizado.

Ao Corpo Docente do curso de Pedagogia, que compartilharam seus conhecimentos, contribuindo no processo de construção do nosso conhecimento e pelo apoio em todas as etapas do curso.

Ao meu neto Arthur, que passou a ser meu entusiasmo para concluir este curso.

Enfim, a todos que participaram direta ou indiretamente desse meu projeto de vida, acreditando que eu fosse capaz de realizá-lo. Os meus mais sinceros agradecimento, muito obrigada.

EPÍGRAFES

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida”. John Dewey.

“A educação modela as almas e recria os corações. Ela é a alavanca das mudanças sociais, não transforma o mundo, muda pessoas e pessoas transformam o mundo, por este motivo é fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática.” (...) todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje (...). Temos de saber o que fomos, para saber o que seremos”. Paulo Freire.

“Todas as maneiras diferentes e inovadoras de educação, alfabetização e geração de rendas são válidas, quando se trata de educar e escolarizar”. Tião Rocha.

“A Educação Popular é uma Pedagogia Humana voltada para o empoderamento do outro”. Fernando Abath.

“A Educação Popular, entre tantos significados que a ela foram produzidos, é entendida como àquela voltada à cultura do povo que está à margem dos processos escolares e da produção, ou excluído das realizações culturais”.
Melo Neto.

“(...) No contexto histórico de Educação Popular, o surgimento dos movimentos educativos, campanhas e experiências eclodem em todo país com proposta de alfabetização de crianças, adolescentes e adultos em uma perspectiva crítica(...) Vejo na educação a solução para problemas sociais e diminuição de desigualdades”. Scocuglia.

“A maior deficiência é o preconceito que anula a capacidade das pessoas crescerem na vida”. Zilma Richardson.

“Quando deixamos de educar, estamos construindo a ignorância, impedindo a criança e o jovem de dar um passo além para a Alto Performance”. Içami Tiba.

RESUMO

Visando o entendimento acerca da Educação Popular, com foco na educação não formal, que não coincide com o ensino tradicional escolar, elaboramos este Trabalho de Conclusão de Curso, tendo como objetivo compreender a pedagogia de Tião Rocha no âmbito da educação não formal e como espaço educativo da Educação Popular, pensada em termos coletivos e tendo a cidadania como eixo central, levando em consideração a vivência e experiência do ser humano em suas múltiplas áreas de abrangências: sociais, culturais, políticas, democráticas e em especial as educacionais, em espaços diferenciados mostrando que a pedagogia de Tião Rocha, apresenta formas alternativas de se escolarizar, vez que segundo ele, educação e escolarização, são coisas distintas e com os exemplos que temos com a educação formal, devemos repensar a importância e necessidade de reflexão e crítica diante da realidade escolar vivida no presente, visto que na atualidade, ter analfabetos no país não pode ser considerado um problema econômico, mas sim, um problema ético, social e político. Por fim, conclui-se que Educação Popular deve ter conteúdos significativos e voltados para a realidade e para as necessidades e interesses dos educandos e que, uma modalidade de educação não é mais importante que a outra, uma vez que ambas se interpenetram. Elas ocorrem na vida dos indivíduos e, precisamente pela importância, há a necessidade da educação intencional, sobretudo a formal, escolarizada, a fim de alcançar objetivos pré-estabelecidos. Razões pelas quais escolhemos este tema, visando contribuir para a Ciência, a Educação Popular e a Sociedade.

Palavras-chave: Educação popular, educação formal, educação não formal.

RESUMEN

Con el objetivo de la comprensión de la Educación Popular, con un enfoque en la educación no formal, que no coincide con la escuela de enseñanza tradicional, preparada esta Obra finalizar el curso, con el objetivo de entender la pedagogía Tião Rocha bajo la educación no formal como un espacio la educación de la Educación Popular, concebido en términos colectivos y con la ciudadanía como eje central, teniendo en cuenta la experiencia y los conocimientos del ser humano en sus diferentes ámbitos cubiertos: sobre todo social, cultural, política, democrática y educativa en diferentes espacios mostrando que la pedagogía de Tião Rocha presenta formas alternativas de educación, ya que según él, la educación y la escolarización, y son distintos de los ejemplos que tenemos en la educación formal, tenemos que repensar la importancia y necesidad de la reflexión y la crítica en el realidad escolar vivió en el presente, como en la actualidad, ser analfabeta en el país no se puede considerar un problema económico, sino un imperativo ético, social y político. Por último, llegamos a la conclusión de que la Educación Popular debe tener un contenido significativo y frente a la realidad y las necesidades e intereses de los alumnos y que una modalidad de la educación no es más importante que el otro, ya que ambos se interpenetram. Se producen en la vida de las personas y, precisamente por la importancia, la necesidad de la educación intencional escolarización, sobre todo formal, con el fin de alcanzar los objetivos predeterminados. Razones por las que elegimos este tema para contribuir a la Ciencia, Educación Popular y Sociedad.

Palabras clave: educación popular, educación formal, educación no formal.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O NÃO FORMAL E O TRADICIONAL NA EDUCAÇÃO.....	14
2.1 Educação não formal.....	14
2.2. Educação tradicional	17
2.3 Organização dos dados da pesquisa.....	22
3. EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA	24
3.1 História da Educação Popular.....	29
3.2 Educação Popular: uma postura política a ser defendida	35
3.3 Os saberes como aspectos pedagógicos na Educação Popular	39
4. TIÃO ROCHA: O EDUCADOR POPULAR, O ANTROPÓLOGO, O FOLCLORISTA, O HOMEM DA RODA	42
4.1 Educação e pedagogia em Tião Rocha.....	43
4.2 A Pedagogia da Roda	47
4.3 A Pedagogia do Sabão	47
4.4 A Pedagogia do Brinquedo	48
4.5 A Pedagogia do Abraço	48
4.6 Espaço de brincar e aprender (CPCD)	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICES	60

INTRODUÇÃO

Nosso interesse em trabalhar o tema Educação Popular: recortes da educação não formal na pedagogia de Tião Rocha, surgiu quando, através de estudos realizados durante o curso de graduação, conhecemos a pedagogia desenvolvida pelo educador Tião Rocha, pedagogia essa que afirma ser o educador popular aquele que dá à educação o caráter político, social e cultural de que ela se reveste e faz de seu trabalho um processo de militância e comprometimento, não com o sistema dominante, não com os grupos hegemônicos, não consigo mesmo, mas com a prática da democracia substantiva e radical.

Isto vem reforçar nossa pretensão de como educadoras, trabalharmos fazendo uso de uma educação democrática e emancipadora, que se direcione à conscientização das camadas empobrecidas da população, ampliando a visão de mundo dos educandos, tornando-os mais críticos e mais politizados, através do ato político de alfabetizar, utilizando na prática o que aprendemos na teoria durante os quatro anos que estivemos cursando a Licenciatura em Pedagogia no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba.

Visando o entendimento acerca da Educação Popular, com foco na educação não formal, que não coincide com o ensino tradicional escolar, elaboramos este Trabalho de Conclusão de Curso, tendo como objetivo compreender a educação não formal, pensada em termos coletivos e tendo a cidadania como eixo central, levando em consideração a vivência e experiência do ser humano em suas múltiplas áreas de abrangência: sociais, culturais, políticas, democráticas e, em especial, as educacionais, em espaços diferenciados, mostrando através da pedagogia de Tião Rocha, que existem métodos e recursos didáticos alternativos de se escolarizar, vez que, segundo ele, educação e escolarização são coisas distintas e, com os exemplos que temos com a educação formal, devemos repensar a importância e a necessidade de reflexão e crítica diante da realidade escolar vivida no presente.

Para Tião Rocha, o educador popular é um agente-meio de educação do povo, a partir da visão de mundo, dos saberes e fazeres do povo, das suas perspectivas e “utopias”, entendidas não como sonhos impossíveis, mas como a busca do não utópico, do não realizado ainda. Este educador faz com que o grupo de educandos, do qual é parte, crie o seu próprio ritmo de apropriação do conhecimento e construa sua pedagogia.

Dessa forma, é inadmissível ainda ter analfabetos no país e não podemos considerar isso apenas como um problema econômico, mas sim, um problema ético, social e político. Outro problema grave é que, em pleno século XXI, a maioria das escolas ainda substitui o brincar pelo dever, o que infelizmente, marca o fim da infância. Por estes motivos, somos

favoráveis à diversidade permanente, e concordamos com Tião Rocha quando diz que “não se deve negar ou excluir coisas em função de critérios que são absolutamente ideológicos”. (ROCHA, 2009, entrevista no Globo Rural de 11/10/2009).

Para este educador, há a possibilidade de criação de uma sociedade polivalente, em que a criança possa aprender brincando e em qualquer lugar, inclusive na rua, desde que este espaço seja colocado a serviço da educação e, quando a educação formal está vinculada à educação não formal, aparecem tantas sugestões para alfabetização que não se esgota o potencial de soluções para se aprender. (ROCHA, 2009).

Em razão do exposto, nosso propósito é apresentar a Educação Popular na perspectiva da trajetória do educador Tião Rocha e os benefícios que sua forma de educar está trazendo e trará aos estudantes que a ela têm acesso, descrevendo sobre suas pedagogias e seus jogos educativos, onde os alunos encontram motivação para aprender brincando, o que ajuda na manutenção dos alunos na escola formal.

A Educação Popular, como proposta educativa emergente, desponta a partir da II Guerra Mundial (1939-1945), visando atender aos objetivos de um modelo desenvolvimentista dependente do capital. Neste período, eclodiram discursos contra o liberalismo positivista moderno, como por exemplo, o discurso freireano da pedagogia da libertação, a qual considerava como sujeitos do processo de ensino-aprendizagem os camponeses, os operários, os analfabetos, os grupos marginalizados, dentre outros (GADOTTI & TORRES, 1994).

Nos anos de 1960, Freire elaborou uma proposta de alfabetização que ficou conhecida como “Método Paulo Freire”, o que empolgou toda uma geração de professores, estudantes, intelectuais, artistas e integrantes da chamada força progressista de esquerda, fazendo eclodir campanhas, experiências e movimentos educativos em todo país, com propostas de alfabetização de crianças, adolescentes e adultos em uma perspectiva crítica. Autores como Scocuglia (2001), Jezine (2002), Escarião (2012), Melo Neto (1999), Carlos (2006), Palhano (2011), entre outros, destacaram, no contexto histórico de Educação Popular, o surgimento dos movimentos educativos e a feição pragmática do trabalho em educação.

Seguindo esta teoria, Tião Rocha mostra a importância e a necessidade de refletirmos sobre a atual Educação Popular, enfocando que para ensinar não precisa de quatro paredes, quadro-negro e outras coisas mais. Para ele, o mais importante é a força de vontade e as parcerias com a sociedade.

Dessa forma, transformar o espaço educativo em um lugar de superação de um paradigma, em que o processo ensino-aprendizagem não se apresente simplesmente como

transmissão de conteúdo de forma linear e uniforme, é um dos principais desafios pedagógicos da modernidade.

Para tanto, o educador criou a “Pedagogia de Roda” que consiste em ensinar ao ar livre, em qualquer lugar, embaixo de uma árvore, onde todos se veem e, juntos, escolhem e planejam os assuntos e as maneiras de aprender e ensinar coletivamente. Sem dúvida, é uma metodologia inovadora, diferente dos padrões da escola convencional, é uma “escola não formal”, que não só escolariza, mas, alfabetiza, motiva e educa.

Essas propostas pedagógicas progressistas inovam nas suas proposições, a partir do momento em que se preocupam com características do ser humano quase sempre esquecidas, que são a criatividade, a liberdade de expressão pessoal e original, valorizando seus conhecimentos prévios e legitimando a existência de personalidades individuais, bem como o cognitivo dos alunos, despertando nos participantes destes projetos o interesse pelos estudos e, conseqüentemente, diminuindo a evasão escolar. Essas são as razões pelas quais escolhemos este tema, visando contribuir para a Ciência, a Educação Popular e para a Sociedade.

Pelo exposto, apresentamos como Objetivo Geral: Compreender a educação não formal por meio da pedagogia de Tião Rocha como espaço educativo de contribuição à Educação Popular, e como Objetivos Específicos: identificar concepções de educação não formal alternativas ao pensamento pedagógico da educação tradicional; verificar bases conceituais e contexto histórico da educação popular como uma postura política a ser defendida quanto aos saberes pedagógicos; entender o pensamento pedagógico de Tião Rocha como espaço educativo da Educação Popular e avaliar as práticas educativas desenvolvidas pela pedagogia de Tião Rocha como possibilidades de educação não formal aliada a Educação Popular.

2. O NÃO FORMAL E O TRADICIONAL NA EDUCAÇÃO

2.1 Educação não formal

Com incrível criatividade, Tião Rocha mostra que é possível, sim, fazer educação sem escola e que é possível fazer uma boa escola debaixo de uma mangueira. Essa maneira de trabalhar com educação se define como educação não formal e se assemelha com o modelo de educação defendido por vários pedagogos e filósofos, conhecedores da necessidade de ajustar a educação e a escola às condições do acontecer histórico da época. Nesse contexto, La Belle, (1982) define educação não formal como “toda atividade educacional organizada, sistemática, executada fora do quadro do sistema formal para oferecer tipos selecionados de ensino a determinados subgrupos da população”. Já para Trilla (1996) a educação não formal é “o conjunto de processos, meios e instituições específicas organizadas em função de objetivos explícitos de formação ou instrução que não estão diretamente vinculados à obtenção de graus próprios do sistema educativo formal”.

A educação não formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem (GADOTTI, 2005). Segundo Freire, (1997), “se estivesse claro para nós que foi aprendendo que aprendemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios”, é deste modo em que, variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação. A pedagogia de Paulo Freire destaca-se nos modelos de educação não formal, difundiu-se e influenciou nas campanhas de alfabetização.

Gadotti (2005) enfatiza que a educação não formal é também uma atividade educacional organizada e sistemática, mas levada a efeito fora do sistema formal. Daí também a chamarem impropriamente de “educação informal”. São múltiplos os espaços da educação não formal. Além das próprias escolas (onde pode ser oferecida educação não formal), temos as Organizações Não-Governamentais - ONGs (também definidas em oposição ao governamental), as igrejas, os sindicatos, os partidos, a mídia, as associações de bairros, etc. Na educação não formal, a categoria espaço é tão importante como a categoria tempo. O tempo de aprendizagem na educação não formal é flexível respeitando as diferenças e as capacidades de cada um, de cada uma. Uma das características da educação não formal é sua

flexibilidade tanto em relação ao tempo quanto em relação à criação e recriação dos seus múltiplos espaços.

O método pedagógico “Pedagogia da Roda” criado por Tião Rocha assemelha-se ao “Método de Alfabetização Paulo Freire” que toma como ponto de partida a prática de seu criador e o princípio de que o processo educacional deve ser iniciado a partir da realidade do educando. O Método Paulo Freire nega a mera repetição alienada e alienante de frases, palavras e sílabas, ao propor aos alfabetizados “ler o mundo” e “ler a palavra”, leituras aliás, como enfatiza Paulo Freire, indissociáveis (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES; 2001).

Tião Rocha afirma que nesse método, não se ensina conteúdos prontos e acabados, mas sim, constroem-se conhecimentos necessários e juntos. Se não podemos aprender algo hoje, aprenderemos amanhã. A “Pedagogia de Roda” não exclui e não joga fora nada. Não tem seleção, não tem exclusão, não tem vitória da maioria. (ROCHA, 2009, entrevista no Globo Rural de 11/10/2009).

No Brasil, a emergência da educação não formal está associada a um período de hegemonia populista. Freire (2000), contextualizando esse momento histórico argumenta que é o povo emergindo no cenário político, rejuntando suas velhas posições quietistas e exigindo novas posições, mas ao mesmo tempo, assumindo atitudes que deixam transparecer, fortemente, os sinais de sua inexperiência democrática.

A “Pedagogia de Roda” é uma proposta pedagógica progressista, a partir do momento em que Tião Rocha se preocupa com as características do ser humano até então esquecidas, que são a criatividade, a liberdade de expressão pessoal e original, legitimando a existência de personalidades individuais e desenvolvendo no aluno as funções da inteligência ao adquirir novo conhecimento. Dessa forma a escola deixará de ser lecionadora para ser gestora do conhecimento. Segundo Dowbor (1998), “pela primeira vez a educação tem a possibilidade de ser determinante sobre o desenvolvimento”.

Nesse contexto, Gadotti (2000) enfatiza que é preciso construir conhecimento a partir do que faz e, para isso, também precisa ser curioso, buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o que fazer dos seus alunos.

A educação tornou-se estratégica para o desenvolvimento, mas, para isso, não basta modernizá-la, como querem alguns. Será preciso transformá-la profundamente. Sendo o educador um mediador do conhecimento, diante do aluno que é o sujeito da sua própria formação. (GADOTTI, 2000, p. 23).

De acordo com Gadotti (2000), a escola está desafiada a mudar a lógica da construção do conhecimento, pois a aprendizagem agora ocupa toda a nossa vida. E porque passamos

todo o tempo de nossas vidas na escola, não só nós professores, devemos ser felizes nela. A felicidade na escola não é uma questão de opção metodológica ou ideológica, mas sim uma obrigação essencial dela. Como diz Georges Snyders (1998) no livro “A alegria na escola”, precisamos de uma nova “cultura de satisfação”, precisamos de “alegria cultural”. O mundo de hoje é “favorável à satisfação” e a escola também pode sê-lo.

A Educação Popular visa atender aos objetivos de um modelo desenvolvimentista, democrático e dependente do capital, mas devemos considerar sempre o aluno como sujeito do processo de ensino-aprendizagem. Sendo um dos principais desafios pedagógicos da modernidade, o acesso de todos à educação de qualidade, seja criança, jovem ou adulto.

Para Tião Rocha outra questão fundamental é o acesso aos livros. Quando a criança começa ir à escola, são vários os livros que tem que levar todos os dias, já no ensino médio, não leva mais quase nada. Estudando Freire, constatamos que o mesmo reconhecia a necessidade de ajustar a escola às condições do acontecer histórico da época. O grande problema foi, e continua sendo, o da transitividade de uma escola fortemente livresca para uma escola orgânica, cuja discussão objetiva dos problemas sociais, da inexperiência democrática e as suas raízes culturais, da manifestação e da assistencialização. Dessa forma tudo deve ser estudado, pesquisado e debatido.

Nesse sentido, devemos pensar sobre a importância e a necessidade de reflexão crítica diante da realidade do sistema escolar vivida na atualidade, principalmente para as comunidades mais carentes do nosso país. Falar da perspectiva de Paulo Freire é não perder de vista o objeto e o sujeito nuclear de seu pensamento: o oprimido. Esse compromisso é a grande coerência epistemológica e política de sua obra. O destinatário da práxis freireana é toda a humanidade, porém, a perspectiva é a dos que mais sofrem. Romão (2002) esclarece que “Paulo Freire “não escreveu uma pedagogia para o oprimido, mas uma pedagogia do oprimido”. Significa que, se quisermos dar prosseguimento ao legado de Freire, este é o nosso caminho.

Este é um dos motivos pelos quais decidimos estudar a pedagogia informal utilizada por Tião Rocha, que muito se assemelha a de Paulo Freire, visando obter respostas que contribuam para a ciência, para a sociedade e para o desenvolvimento de todos os alunos que sentem dificuldades na aprendizagem formal e buscam descobrir as vantagens da aplicação da educação não formal nas comunidades carentes com a atualização de suas pedagogias juntamente com os jogos criados pelo Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento – CPCD.

Historicamente, as práticas de educação não formal eram acompanhadas de alfabetização de adultos ou programas que ultrapassavam a prática da escrita e provocavam a

participação sócio-política das classes populares, visando integrá-las no contexto urbano-industrial em amplo desenvolvimento. Esta participação era incentivada nas áreas de animação comunitária, educação básica, treinamento vocacional ou técnico (BRANDÃO, 2006). A educação não formal buscava promover habilidades para ações desenvolvidas na vida comunitária, cultural, econômica, familiar, social e política.

Dessa forma, as demandas por educação são múltiplas. Em Brandão (2006) a educação deve ser exigida para atender as necessidades da sociedade, além da necessidade de educação para responder ao desafio de diminuir o índice de analfabetismo e a carência de leitura para as operações mais elementares.

Segundo Brandão (2006) a educação não formal desenvolvida em uma perspectiva de Educação Popular tem apresentado propostas concretas para operacionalização efetiva de programas e serviços voltados para as comunidades, especialmente, as menos favorecidas, promovendo, através de suas práticas, uma verdadeira revolução ética e solidária, e propondo intervenções baseadas na facilitação da organização das comunidades e acrescenta: “devemos compreender que esta valorização da educação não formal não significa ou implica a desvalorização da educação formal”.

2.2 Educação tradicional

Na sequência passaremos a relatar sobre a compreensão de educação tradicional em John Dewey e Paulo Freire. Antes porém, faremos um breve resumo da pedagogia e da educação dos filósofos Comenius, Descartes e Kant, precursores da educação tradicional.

Os exemplos que ora temos com a educação, sugerida por Tião Rocha, nos leva a pensar a importância e a necessidade de reflexão e crítica diante da realidade escolar vivida na atualidade, principalmente para as comunidades mais carentes do nosso país.

Falar de Jean Amos Comenius (1592-1670) considerado o pai da pedagogia moderna e que influencia até hoje a educação, é retomar os idos do séc. XVII. O “iluminismo” deve ser compreendido apenas como uma particularidade de tudo aquilo que se formou a partir do Renascimento, como a Modernidade. Assim, Para Dionízio Neto (2004), pode-se dizer que o século XVII foi o coroamento de uma época, quando as luzes foram postas em evidência. Não há como se falar em Iluminismo sem considerá-lo, portanto, como uma manifestação moderna do pensamento humano. Neste século tem seu lugar de florescimento a idéia do “século das luzes”. Ou seja, poderíamos afirmar que o iluminismo além de exaltar a razão, respaldando todo desenvolvimento das ciências, produz uma filosofia moderna.

Comenius tornou-se conhecido como o pai da pedagogia moderna. Assim, Gomes (1985) o chama, ao introduzir a Didática magna, sua obra maior, traduzida para o português, apresenta Comenius como o iniciador do realismo pedagógico. Monroe (1979) a ele se refere como um dos mais importantes representantes do movimento realista, como também uma das personalidades dominantes na história de educação. Apesar disso, foi pequena a sua influência real na sua própria geração e nas seguintes, salvo em um aspecto: o do uso de um método mais científico no ensino das línguas empregado por ele em seus livros didáticos.

Destacamos em Dionízio Neto (2004), uma comparação entre Comenius e Rousseau pontos que, à primeira vista nos parecem comuns. Ambos se voltaram para a questão da natureza, buscando nela, cada um do seu modo, um refúgio para a formação do homem. Rousseau nos diz que a educação devia ser seguida pelas disposições naturais do homem. Nesse sentido, podemos ver que há uma certa aceitação da idéia de essência ou substância como natureza mas, por outro lado, não foge esta concepção do entendimento de que a natureza está identificada com uma ordem e uma necessidade que são internas ao homem, de forma que, por conta dessa ordem e dessa necessidade, o homem terá que se educar segundo determinados princípios, que não derivam desta ou de outra condição social, mas que a condição social passe a se fazer conforme a educação orientada por essa ordem e essa necessidade que são internas ao homem.

René Descartes (1596 – 1650) filósofo, físico e matemático, nasceu em La Haye, a cerca de 300 quilômetros de Paris. Ele é chamado de o fundador da filosofia moderna e o pai da matemática moderna, e é considerado um dos pensadores mais importantes e influentes da história do pensamento ocidental. A partir dele, inaugurou-se o racionalismo da Idade Moderna. Para ele a razão seria a única coisa verdadeira da qual se deve partir para alcançar o conhecimento “Penso logo existo”, pois o pensamento está acima e sobre a matéria, buscando a verdade do homem. É a luz da razão que leva ao conhecimento. Ele criou o método cartesiano* que consiste em pesquisar a verdade com relação à existência dos “objetos” dentro de um universo de coisas reais. Para ele o corpo e a alma tem uma união fundamental, mas são distintas entre si. A característica de Descarte está em manter a ordem, a clareza e a distinção; manter a sua filosofia positiva e concreta de modo simples e claro. Ele propôs fazer uma ciência essencialmente prática e não especulativa, e com um bom método disciplinar, a ciência, sendo esse método universal, inspirado na racionalidade e na matemática, denominado de método cartesiano. O cartesianismo também pode ser definido, numa perspectiva de senso comum, como a primeira filosofia moderna e acabou estabelecendo as bases da ciência moderna e contemporânea.

*O cartesianismo é um movimento filosófico cuja origem é o pensamento do francês René Descartes.

Immanuel Kant (1724 – 1804), Filósofo alemão, fundador da filosofia crítica, nasceu em Königsberg, Prússia. Para ele a disciplina transforma a animalidade em humanidade. O homem é a única criatura que precisa ser educada e necessita de cuidados na infância, disciplina e instrução com a formação. O homem é infante, educando e discípulo. Ele acha que não se deve educar para o presente estado da espécie, mas para um estado melhor possível no futuro. Ele ainda acha que o homem nasce bom e o mal só vem quando não os submetemos as normas e que não há germes no homem, senão para o bem (FONTANELLA, 1999).

Em Fontanella (1999), identificamos ainda um princípio da pedagogia que os homens deveriam ter ante os olhos, é o de que não se deve educar as crianças segundo o presente estado da espécie humana, mas segundo um estado melhor, possível no futuro, segundo a idéia de humanidade e da sua inteira destinação. Mas existem dois obstáculos: os pais não se preocupam, senão que seus filhos façam uma boa figura no mundo, e os príncipes consideram os seus súditos apenas como instrumento para os seus propósitos. Na verdade, não há nenhum princípio do mal nas disposições naturais do ser humana. A única causa do mal consiste em não submeter à natureza a normas.

Afirma Fontanella (1999) que, na educação, o homem deve ser disciplinado, tornar-se culto, prudente e cuidar da moralização. Entretanto, não é suficiente treinar as crianças, é necessário que aprendam a pensar. Vivemos na época da disciplina, de cultura e de civilização, mas ela ainda não é a da verdadeira moralidade. Nas condições atuais, a felicidade do Estado cresce na mesma proporção que a infelicidade dos homens. É necessário criar escolas experimentais antes de poder criar escolas normais. A educação e a instituição não devem ser puramente mecânicas, mas devem apoiar-se em princípios.

John Dewey (1859 – 1952) nasceu nos Estados Unidos na cidade de Burlington no Estado de Vermont. Um dos educadores que mais influenciaram o pensamento pedagógico brasileiro. Está na origem do que entendemos hoje como pedagogia ativa. Definiu a educação como um processo de reconstrução contínua da experiência, procurando nos mostrar que não podemos conceber o conhecimento como algo pronto, acabado e definido. Para ele o pensamento não existe isolado da ação e a educação deve servir para resolver situações da vida, bem como a ação educativa tem como elemento fundamental o aperfeiçoamento das relações sociais. O professor que desperta entusiasmo em seus alunos consegue algo que nenhuma soma de métodos sistematizados, por mais corretos que sejam pode conseguir.

Em Palhano (2011) identificamos ainda que a meta da vida não é a perfeição, mas o eterno processo de aperfeiçoamento, amadurecimento e refinamento e que Dewey é o

responsável em fazer com que o pragmatismo se assemelhe mais a uma filosofia social. Sua originalidade está em postular a existência de um conhecimento comum entre o que os seres humanos têm construído na história e o que as crianças tentam encontrar quando procuram soluções para os problemas do seu cotidiano (PALHANO, 2011, p. 15).

Considera-se, ainda o que se ensina como essencialmente estático. Ensinar um produto acabado, sem maior atenção quanto aos modos e meios por que originalmente assim se fez, nem também quanto as mudanças que seguramente irá sofrer no futuro. Trata-se de produto cultural de sociedades que supunham o futuro em tudo semelhante ao passado e que passa a ser usado como alimento educativo de uma sociedade, em que a regra e não a exceção é mudar. (DEWEY, 1971).

A filosofia geral de educação nova pode ser boa e certa, mas a diferença em princípios abstratos não é que irá decidir o modo por que as vantagens morais e intelectuais neles contidas se irão concretizar na prática. Há sempre o perigo em um novo movimento de que, ao rejeitar os fins e métodos da situação que visa suplantar, desenvolva seus princípios negativamente e não de maneira positiva e construtiva. Então, na realidade, se toma como chave para a prática o que é rejeitado em vez de descobri – lá no desenvolvimento construtivo de sua própria filosofia. (DEWEY, 1971).

O educador e filósofo Paulo Freire (1921 – 1997), nasceu em Recife, Pernambuco e é considerado um dos educadores mais notáveis da história da pedagogia mundial e foi eleito Patrono da educação brasileira, em 2012 (Lei 12.612/2012). Ele destacou-se por atuar na educação popular e defendeu a educação versos massificação. E sua forma de alfabetizar foi voltada tanto para a escolarização como para a formação da consciência, e sua pedagogia influenciou o movimento intitulado pedagogia crítica; Freire buscou uma educação democrática, teórica e prática, crítica, que comunique e não faça comunicados, onde os alunos sejam sujeitos e não objetos e que não sejam assistencialistas. Sempre com tentativas constantes de mudanças de atitudes, se perguntou que tipo de sociedade nós queremos com a educação que estamos fornecendo a nossos alunos e enfatizou que quanto mais crítico e mais ligado às condições de circunstância um grupo humano for e estiver, maior o seu poder democrático.

Freire (1994) faz crítica à educação tradicional que atravessava as práticas pedagógicas nas escolas e aponta para a superação dessa situação, demonstrando a crença na pessoa humana e na sua capacidade de educar-se como sujeito histórico.

Preocupado em encontrar uma resposta no campo da pedagogia às condições da transição brasileira, Freire (1979) entendia que a contribuição a ser trazida pelo educador

brasileiro à sua sociedade haveria de ser uma educação crítica e civilizadora; uma educação que tentasse a passagem da transitividade ingênua à transitividade crítica.

O autor entendia que seria necessária uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política, educação que o colocasse em diálogo constante com o outro, que o predispuzesse a constantes revisões, pois a democracia implica mudanças. Os regimes democráticos são flexíveis, por isso mesmo deve corresponder aos homens desse regime uma maior flexibilidade de consciência. Com esse pensamento, enfoca a necessidade de uma educação corajosa, nessa fase de transição e cita que uma educação consciente, contribuiria na aprendizagem da democracia, com a própria existência dela. (FREIRE, 1981).

Segundo Freire (1994) existem práticas pedagógicas que ainda resistem à teoria, e esclarece que a teoria é necessária para uma educação crítica. A educação escolar vigente não é teórica porque lhe falta o gosto da comprovação, investigação e da pesquisa. Essa educação escolar que ai está é inútil e não comunica, enfatizando que nada ou quase nada existe na educação formal que desenvolva no estudante o gosto pela pesquisa, não desenvolvendo assim a consciência crítica do aluno, e essa superposição à realidade intensifica no aluno sua consciência ingênua.

A própria posição da escola, leva por si mesma, através da sonorização das palavras, da memorização de trechos, à desvinculação da realidade. Essa manifestação oratória e sem profundidade quase sempre revela uma atitude mental que tem como consequência a ausência de uma consciência crítica, tirando do aluno a parte fundamental da mentalidade democrática, fazendo com que os assuntos sejam discutidos superficialmente nas escolas, sendo uma das grandes características da educação brasileira na sociedade fechada.

Segundo Freire (1980), somente de uns tempos para cá se sente a preocupação em identificar a realidade do país em caráter sistemático. É o clima de transição, é a oportunidade de uma intervenção pedagógica crítica que está sendo posta com a perspectiva da superação de posições reveladoras da descrença no aluno no seu poder de fazer, trabalhar e discutir. Pois a democracia e a educação democrática se fundam na crença no homem, afirmando que ele não só pode, mas deve discutir seus problemas, bem como os problemas do seu país, continente e mundo, os problemas do seu trabalho e da própria democracia.

2.3 Organização dos dados da pesquisa

Os procedimentos metodológicos deste trabalho são constituídos dos instrumentos básicos que ordenam o desenvolvimento dessa atividade em etapas, traçando de modo organizado a forma de proceder ao estudo dos escritos de alguns pensadores ao longo do processo de estudo da revisão bibliográfica.

O trabalho de pesquisa propõe retomar o objetivo geral de compreender a pedagogia de Tião Rocha no âmbito da educação não formal e como espaço educativo da Educação Popular, como também refletir sobre a Educação Popular na atualidade e transformar o espaço educativo de superação de um paradigma em que o processo ensino-aprendizagem se apresenta como transmissão de conteúdo de forma linear e uniforme, mostrando a importância e a necessidade de refletirmos sobre a Educação Popular disponibilizada para as crianças, jovens e adultos do Brasil.

A pesquisa tem o enfoque descritivo-qualitativo. A abordagem desta pesquisa é de natureza qualitativa, uma vez que esse tipo de pesquisa transita com eficácia a horizontalidade dos extratos mais densos e materiais da realidade. Damasceno e Sales (2005) reconhecem que a pesquisa qualitativa é um tipo de abordagem que permite a aferição de aspectos qualitativos de questões relevantes no campo sócio educacional, como por exemplo, atitudes expressões culturais, motivações, percepção, representações sociais e saberes, gerados nas práticas sócio educativas.

Trata-se de uma pesquisa documental, composta pelos documentos que registram e analisam as proposições pedagógicas formuladas por Tião Rocha e demais teóricos citados neste trabalho. O corpus de análise será composto por livros, revistas, dissertações e teses de mestrado e doutorado, vídeos de entrevistas, matéria de entrevistas e artigos, com a exposição dos dados representativos de determinada situação ou fenômenos dentro da forma de ensinar formal e não formal e seus benefícios na educação popular. A pesquisa documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor ou que ainda pode ser reelaborados de acordo com os métodos da pesquisa. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos, etc. Incluem-se aqui outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins e etc.

Do outro lado, há os documentos de segunda mão que de uma forma ou de outra já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresa, tabela de

estatística, etc. A pesquisa documental constitui uma fonte rica e estável de dados como os documentos que subsistem ao longo do tempo e tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.

A análise de conteúdo Segundo Damasceno e Sales (2005) encontra-se presente como auxílio aos dados da pesquisa, esta é definida como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” que aposta grandemente no rigor do método como forma de não se perder na heterogeneidade de seu objeto. O objetivo é atingir uma “significação profunda” dos textos, ou seja, é saber selecionar as informações mais importantes para a pesquisa. Dessa forma, o analista seria, portanto, um detetive munido de instrumentos de precisão para atingir a significação profunda dos textos já que a principal pretensão da Análise de Conteúdo é vislumbrada na possibilidade de fornecer técnicas precisas e objetivas que sejam suficientes para garantir a descoberta do verdadeiro significado do texto.

3 EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA

Para falar com mais clareza sobre Educação Popular, precisamos definir o termo “popular”. A concepção mais comum que se observa, inclusive nos dicionários, é de “popular” como sendo algo do povo, para o povo, que atende às necessidades do povo. Usaremos a concepção de Paulo Freire, entendendo uma comunidade específica do âmbito “popular” que por assim dizer será chamada de oprimido, àquele que vive sem condições elementares para o exercício de sua cidadania e que está fora da posse e uso dos bens materiais produzidos pelo sistema econômico atual. Assim, podemos definir a Educação Popular como uma teoria de conhecimento referenciada na realidade, com metodologias incentivadoras à participação e ao empoderamento das pessoas permeado por uma base política estimuladora de transformações sociais e orientado por anseios humanos de liberdade, justiça, igualdade e felicidade. (portal.mec.gov.).

O termo “popular” envolvia um alto teor de indefinição, apenas sugeria tanto a natureza quanto a extensão dos fenômenos que pretendia especificar sobre a “cultura do povo”. A mesma imprecisão permeava também os debates sobre a Educação Popular (BEISIEGEL, 1984, p. 66). Ela surge, como um movimento inovador capaz de produzir possibilidades educativas para a democratização da educação em espaços não formais (MELO NETO, 2004; 2008).

Destacamos que na América Latina, a Educação Popular surgiu através das lutas populares dentro e fora do Estado. Nesse sentido, afirma Gadotti (1999) a Educação Popular, como prática pedagógica e educacional pode ser encontrada em todos os continentes e manifestadas em concepções e práticas muito diferentes e até antagônicas, e passou por diversos momentos epistemológicos, educacionais e organizativas, desde a busca pela conscientização, nos anos 50 e 60, a defesa da escola pública popular comunitária, nos anos 70 e 80 até a escola cidadã, nos últimos anos, num mosaico de interpretações, convergências e divergências. Já Brandão (1984) considera que a Educação Popular teve duas divisões temporais: a primeira antes da divisão social do saber e da criação de escolas, e a segunda na luta pela democratização do ensino, a partir do séc XIX.

Vale ressaltar que em meados do contemporâneo a Educação Popular tem ganhado destaque, sobretudo no que se refere as suas perspectivas enquanto prática pedagógica e uma teoria da educação cuja concepção tem sido uma das mais admiráveis contribuições ao pensamento pedagógico universal. Neste sentido, surgem várias sugestões que indicam a necessidade de pensá-la como uma busca, um produto histórico, nos levando a apresentar

idéias para reconstruir antigas discussões já realizadas a esse respeito, verificando o que está contido no conceito e compreendendo o campo da Educação Popular sob a perspectiva de uma educação emancipatória para todas as classes sociais, que deve se transformar num espaço de construção e de novas esperanças, em direção às lutas mais amplas pelo ensino básico, público e universal, onde não hajam excluídos.

Dessa forma, a perspectiva emancipatória visa a formação crítica do cidadão, com vista a um processo de conscientização (FREIRE, 1974), na tentativa de renascer a um novo projeto de sociedade, onde o eu e nós seja realmente valorizado. Visando diminuir desequilíbrios sociais, ela dirige-se as vítimas das desigualdades sociais e culturais, daí o termo popular que busca atingir todas as camadas da população, pretendendo ser uma educação para todos.

Seguindo esta visão, Chagas (2006) afirma que são objetivos da Educação Popular: desenvolver um trabalho no qual as pessoas sejam capazes de compreender o seu contexto sócio-político-cultural exercendo, neste entorno, sua cidadania de forma adequada. O que revela tratar-se, assim como a educação formal, de uma ação intencional e, portanto, destinada a alcançar determinados fins, porém não em nível escolar. No que tange à educação não formal, a concepção de educação permanente apresenta grandes semelhanças com a de desenvolvimento cultural da comunidade, não podendo ser posta em ação sem mudanças sociais profundas.

Esta educação se diferenciou de outras, pois sua preocupação era “estimular a participação política para transformação das condições opressivas de sua existência social por base no desenvolvimento de habilidades básicas, como a leitura e a escrita”. Dimensão esta que cumpriria um papel relevante na ruptura das classes sociais, pois supõe transformações, incitando assim a necessidade da educação de promover, conscientizar e motivar a militância para essa transformação. Neste contexto, esta abordagem sociopolítica estava presente nas raízes da educação popular e teve como base teórica, a prática e o discurso de Paulo Freire. (BRANDÃO, 2002).

Para Freire (1996) a criticidade no processo de aprendizagem se construiria e se desenvolveria na “curiosidade epistemológica”, concebida como um aprender crítico em que a experiência da produção de saberes, que não permite a mera transferência de conteúdos, favoreceria um conhecimento mais abrangente do objeto (FREIRE, 1996). O autor indica alguns saberes indispensáveis a uma prática educacional crítica e progressista do educador comprometido com a educação popular. Para ele, ensinar inexiste sem aprender e vice-versa

e, este ensinar não seria meramente a transferência de conhecimento, mas a possibilidade da sua produção, criação e construção.

Assim, a experiência de cada aprendiz seria considerada importante no momento da ensinagem e, produzir-se-ia a oportunidade de, no ensinar, deixar transparecer, a quem aprende a peculiaridade do ser humano em “estar no mundo e com o mundo”, como ser histórico. Possibilitar-se-ia com isso condições, por meio do ensinar, para que o sujeito do aprender se assumisse como ser social, por isso capaz de transformar, criar, pensar (FREIRE, 1996; 1964). Desse modo, as ideias de Paulo Freire fazem eco ao olhar da psicopedagogia institucional, uma vez que esta promoveria a aprendizagem de forma a criar vínculos saudáveis e críticos com o conhecimento.

Freire foi um pensador da educação que acreditou profundamente no ser humano. Inclusos, homens e mulheres podem tornar-se sujeitos da história. Freire depositou crença profunda, não exclusiva, na capacidade do povo de se educar e transformar a realidade. Ele com os conhecimentos de que dispunha, alfabetizou gente, particularmente para ajudá-las na difícil tarefa de ler e escrever o mundo (GHIGGI e CUNHA, 2007).

Nessa direção, a Educação Popular é uma educação comprometida e participativa orientada pela perspectiva de realização de todos os direitos do povo. Não é uma educação fria e imposta, pois, baseia-se no saber da comunidade e incentiva o diálogo. Não é uma “educação informal” porque visa à formação de sujeitos com conhecimento e consciência cidadã e a organização do trabalho político para a afirmação do sujeito. É uma estratégia de construção de participação popular para o redirecionamento da vida social.

A principal característica da Educação Popular é utilizar o saber da comunidade como matéria prima para o ensino. É aprender a partir do conhecimento do sujeito e ensinar a partir de palavras e temas geradores do cotidiano dele. A educação é vista como ato de conhecimento e transformação social, tendo um certo cunho político. O resultado desse tipo de educação é observado quando o sujeito pode situar-se bem no contexto de interesse. A Educação Popular pode ser aplicada em qualquer contexto, mas as aplicações mais comuns ocorrem em assentamentos rurais, em instituições sócio educativas, em aldeias indígenas, e no ensino de jovens e adultos. (<http://portal.mec.gov.br/index>).

Segundo Brandão (1986), os educadores pensam a educação em domínios restritos: a universidade, o ensino fundamental, o ensino médio, a alfabetização, a educação de jovens e adultos. Muitas vezes a educação acaba por tomar domínios restritos, determinados socialmente, quando deveriam atender às necessidades do contexto, do cotidiano do aluno,

enfim, da cultura do educando. Para pensar em Educação Popular é necessário, portanto, repensar a educação.

Educação Popular é a prática pedagógica de diversas situações e instrumentos do processo de um saber orgânico das classes populares (quando... aprendem a partir de sua própria política, a ler a sua própria história) que serve à produção do poder das classes populares (BRANDÃO, 1986). Junto a essa leitura da própria realidade, com vistas ao fortalecimento do poder popular, faz-se importante mencionar que Educação Popular envolve igualmente a organização das classes populares para intervirem na realidade conforme seus interesses e necessidades de classe (ASSUMPÇÃO et al., 2009).

Em síntese, nossa conceituação de Educação Popular admite a existência de dois saberes, distintos, mas não essencialmente opostos: o saber popular e o saber técnico (conforme Ação Educativa através de um método participativo, etc.). E que a Educação Popular, enquanto prática política propõe à confrontação e à superação destes dois saberes (BEISIEGEL, 1984, p.101).

A Educação Popular, entre tantos significados que a ela foram produzidos, é entendida como àquela voltada à cultura do povo que está à margem dos processos escolares e da produção, ou excluído das realizações culturais (MELO NETO, 1999, p. 47). Nestas anunciações, percebe-se que nem todos têm ou tiveram acesso a uma educação de qualidade, gratuita e universal, apesar do reconhecimento de que na lei a igualdade é um princípio presente na Constituição Brasileira.

A partir da linguagem freireana, é possível usar alguns conceitos que contêm uma clara caracterização do processo da Educação Popular. Um deles é o conceito de consciência, ou melhor, de conscientização que deve acompanhar o processo educativo. “A pessoa conscientizada é capaz de perceber claramente, sem dificuldades, a fome como algo mais que seu organismo sente por não comer, a fome como uma expressão de uma realidade política, econômica, social, de profunda injustiça” (FREIRE, 1994, p. 225).

Além disso, as relações dialógicas entre educando e educador, fazem parte de todo o processo educativo, bem como o caráter político e transformador da educação, questionando permanentemente a que interesses a educação está servindo: “por isso é que eu dizia: a escola não é boa nem má em si. Depende a que serviço ela está no mundo. Precisa saber a quem ela defende” (FREIRE, 2004, p. 38). Desnecessário dizer que Freire sempre defendeu radicalmente os oprimidos, buscando a libertação de todas as formas de opressão.

Beisiegel (1984, p. 103) enfatiza que, enquanto prática pedagógica, a Educação Popular busca modificar conteúdos de consciência e conduta; enquanto prática política busca

a transformação das relações de domínio: ambas as modificações exigem conhecer a realidade social.

A educação, quando se fala no panorama social, é a condição da permanente recriação da própria cultura sendo, por isso, a razão da dominação da cultura entre outros. Já no panorama individual, a educação é a condição de criação do indivíduo, é a relação de saber das trocas entre pessoas. De acordo com Brandão (1986), aprender é formar-se pessoa a partir do organismo, realizando a passagem da natureza à cultura. Para ele, houve primeiro um saber de todos que se tornou sábio e erudito e que, por oposição, estabelece como popular o saber do consenso onde se originou, tratando o erudito como a forma própria, centralizada e associada a especialistas da educação enquanto vê o popular como conhecimento difuso, interior da vida subalterna. Afirma Brandão:

“Um saber da comunidade torna-se o saber das frações (classes, grupos, povos, tribos) subalternas da sociedade desigual. Em um primeiro longínquo sentido, as formas – imersas ou não em outras práticas sociais, através dos quais o saber das classes populares ou das comunidades sem classes é transferido entre grupos ou pessoas, são a sua educação popular” (BRANDÃO, 1986, p. 26).

É diferente da Educação Tradicional porque não é uma educação imposta, já que se baseia no saber da comunidade e incentiva o diálogo e é diferente de uma Educação Informal porque possui uma relação horizontal entre educador e educando. A Educação Popular visa à formação de sujeitos com conhecimento e consciência cidadã e a organização do trabalho político para afirmação do sujeito. É uma estratégia de construção da participação popular para o redirecionamento da vida social objetivando trabalhar às necessidades populares.

Gadotti (1983, p. 162-163) justificando a concepção dialética da educação, compreende a Educação Popular enquanto instrumento de luta, por ser conflitante dentro da sociedade de classes a Educação Popular só pode ser transformadora nessa luta surda, no cotidiano, na guerrilha ideológica. Por que ela pode ser transformadora? Porque o trabalho educativo é essencialmente político e, é o político, que é transformador”.

Por ser uma especificidade humana, como nos diz o educador Freire (1921 – 1997), em *Pedagogia do oprimido* (1996), o ato de ensinar confunde-se com a forma própria de organização dos seres humanos: a sociedade política. Em sua natural e irrefutável necessidade de sobreviver em uma natureza própria de vencer as adversidades às quais suas vidas estavam submetidas. Essa forma própria, que denominamos “sociedade”, caracterizou-se pelo

agrupamento dos seres humanos em uma coletividade, a fim de que unindo forças, lograssem êxito na garantia da vida de todos os membros (FIGUEIREDO, 2009).

Assim, Tião Rocha afirma que no seu método não se ensina conteúdos prontos e acabados, mas sim constroem-se conhecimentos necessários e juntos. Se não podemos aprender algo hoje, aprenderemos amanhã. A “Pedagogia de Roda” não exclui e não joga fora nada. Não tem seleção, não tem exclusão, não tem vitória da maioria. (ROCHA, 2009, entrevista no Globo Rural de 11/10/2009).

Portanto, “pela primeira vez a educação tem a possibilidade de ser determinante sobre o desenvolvimento”. A “Pedagogia de Roda” é uma proposta pedagógica progressista, a partir do momento em que Tião Rocha se preocupa com as características do ser humano, até então esquecidas, que são a criatividade, a liberdade de expressão pessoal e original, legitimando a existência de personalidades individuais e desenvolvendo no aluno as funções da inteligência ao adquirir novo conhecimento.

3.1. História da Educação Popular

Desde a década de vinte, mais especificamente após a semana de arte moderna (ARROYO, 1986) e, posteriormente com os manifestos da Escola Nova (BRANDÃO, 1981), já se falava em uma Educação Popular que fosse direito de todos. Mais tarde, com o governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) e de João Goulart (1961 a 1964) e o advento da industrialização no Brasil com a chegada de capital estrangeiro, a limitação da educação tornou-se um problema e passou a ser necessário instruir o povo para expandir o capital. Nesse cenário, em 1959 educadores e intelectuais lançaram um manifesto em defesa da escola pública ao entender que o desenvolvimento econômico do país se passava necessariamente pela educação, muito mais técnica, para ensinar a fazer e para formar intelectuais (BARBOSA, 2007).

Nesse sentido, frente a um Estado autoritário, dominante e excludente, era preciso “dar as costas” e fazer surgir uma alternativa de mudança. Foi então que a partir de 1960 surge a “Educação Popular”, idealizada pelo educador Freire (CARLOS, 2006), com suas primeiras iniciativas de conscientização política do povo buscando a emancipação social, cultural e política das classes menos favorecidas. Assim, a Educação Popular se dirige às vítimas de desigualdades sociais e culturais.

Nos ideais de Freire, os princípios da Educação Popular estão relacionados à mudança da realidade opressora, o reconhecimento, a valorização e a emancipação dos diversos sujeitos

individuais e coletivos. Contudo, além da conscientização, a prática e a reflexão sobre a prática formam a categoria de organização da Educação Popular e são elementos básicos para a transformação. Nesse sentido, a sociedade civil organizada foi identificada como instância de promoção e sistematização da Educação Popular (PAIVA, 1986).

A metodologia usada por Freire era dialógica. Ele realizava “círculos de cultura”, onde a alfabetização fluía a partir da “leitura do mundo” dos envolvidos, se dava de dentro para fora, através do próprio trabalho. O método fora aplicado em várias cidades pelos diversos movimentos sociais existentes na época, em Angicos/RN, alfabetizou 300 trabalhadores em 45 dias. Com o impressionante resultado, o Governo Federal, representado pelo então presidente João Goulart, adotou a ideia a nível nacional. Com o golpe militar em março de 1964, a campanha nacional de alfabetização foi considerada “perigosamente subversiva”. Tudo foi condenado e Paulo Freire exilado (BRANDÃO, 1981).

Conforme Beisiegel (1984, p. 66), a preocupação com a Educação Popular era coisa antiga no país e que, após a interrupção da obra educacional dos padres jesuítas, as iniciativas votadas à instituição e ao desenvolvimento de serviços do ensino acessíveis aos homens do povo partiam, sobretudo, dos Poderes Públicos.

Durante o regime militar, Freire foi obrigado a trabalhar fora do Brasil onde escreveu vários livros sobre educação, conscientização e liberdade. Com a sua anistia na década de 80, Freire retorna ao Brasil para, como ele mesmo disse “aprender de novo” e assume em 1989 a Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo, durante a administração de Luísa Erundina. Com esse trabalho, Paulo Freire pôde experimentar suas ideias, até então aplicadas na educação não formal, num complexo educacional de escolas.

Mesmo com atuação “às escondidas” dos movimentos sociais a partir de 1964 realizando as práticas de Educação Popular e, mantendo vivas suas concepções pedagógicas, o novo cenário educacional brasileiro de 1980 configurava-se uma crise nos paradigmas da Educação Popular com relativa perda de força do discurso inicial da mesma, formando, ao longo da história, novos paradigmas. A revolução política, a queda do socialismo real e as mudanças ocorridas nesse período causaram impactos na concepção da Educação Popular nos anos 80/90, deixando esta de ser a força maior para a revolução, de ser de classe para se tornar das classes sociais influenciadas pelas concepções gramscianas. Havia a necessidade de “resignificar” os papéis, os fins e os valores, os métodos, as dinâmicas e as relações entre sujeitos das práticas educativas. (PALUDO, 2001, P. 154).

A Educação Popular surge à margem da educação de adultos e, aos poucos, afirma-se contra ela. De educação para o povo, a Educação Popular irrompe como um movimento

primeiro de renovação e, depois, de revolução do saber de um saber popular (GADOTTI E TORRES, 1994, p. 35-36). É nesse sentido que se faz importante resgatar a proposta freireana de Educação Popular, a qual visa à organização autônoma e emancipadora dos grupos populares.

Segundo Escarião (2011), a educação está implicada na política cultural e por essa razão o campo educacional não é neutro, e os conhecimentos são produzidos pelos conflitos, tensões e compromissos culturais.

Destarte, a Educação Popular, mesmo na atual conjuntura – marcada pelas dinâmicas neoliberais – apresenta possibilidades para que sejam desencadeadas ações comprometidas com as causas do povo: que contribua com seu processo de conscientização e participação, com sua libertação, emancipação e participação enquanto sujeito no processo, que estabeleça relações para contestar o sistema político e a ordem econômica vigente. Para Brandão:

Educação Popular é a educação das classes populares. É uma prática pedagógica politicamente a serviço das classes populares. Isto porque a operários camponeses, lavradores sem terra e trabalhadores sem emprego, é atribuída à tarefa histórica de realização das transformações sociais a que deve servir a educação (BRANDÃO, 1995, p. 27).

Aqui, novamente, resgatamos Freire, em relação ao oprimido, enquanto classe, a Pedagogia,

Em ser forjada com ele e não para ele enquanto, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará (FREIRE, 1987, p. 34).

Dessa forma, as classes populares têm duas possibilidades, as quais o próprio Freire destaca: “ou são manipuladas pelas elites para manter a dominação ou se organizam verdadeiramente para sua libertação. É óbvio, então, que a verdadeira organização não possa ser estimulada pelos dominadores” (FREIRE, 1987, p. 31). Além de partir dos próprios oprimidos, essa organização requer organização coletiva em torno da consciência de classe:

Contudo, a organização não pode se configurar meio de massificação, mas de “libertação”. [...] O antídoto a essa manipulação está na organização criticamente consciente [...].

Chama-se a esse pensar certo de “consciência revolucionária” ou de “consciência de classe”, é indispensável à revolução que não se faz sem ele (FREIRE, 1981, p. 177).

Assim sendo, Beisiegel (1984) afirma que estes movimentos realmente renovaram as orientações da Educação Popular no país. E não é estranho, assim, que em torno dos trabalhos aí realizados se consolidasse uma perspectiva de compreensão da educação do povo. Defendida por alguns dentre os melhores estudiosos do assunto, esta perspectiva tendia a compreender, como Educação Popular, somente àquela educação voltada para o atendimento dos interesses do povo ou, em outras palavras, uma educação comprometida com os interesses das classes dominantes.

Desse modo, a criação da escola pública popular está a um passo. Em São Paulo, Freire analisou a realidade e iniciou sua ação com um projeto de uma reforma político-pedagógico radical. Era preciso aumentar em quantidade, frente à situação real de descaso administrativo das escolas, aos salários baixos, a ausência de infraestrutura e recursos materiais, mas também, e principalmente, era preciso melhorar em qualidade.

Para reverter esse quadro, Freire propôs a democratização da gestão escolar com a integração escola-comunidade, a formação e profissionalização dos profissionais da educação e uma reforma curricular. Freire objetivava a criação de uma escola democrática cidadã, de comunidades e de companheirismo. Assim, os movimentos populares, a igreja e as universidades foram convidados e aceitaram aliar-se ao mutirão cívico-educativo para criar a escola pública (BARBOSA, 2007).

Os princípios da Educação Popular eram: produção do conhecimento pelo conceito geral de problematização; redefinição das áreas e conteúdos lançando mão da pedagogia de projetos e da interdisciplinaridade a partir de tema gerador; representação da compreensão e orientação do currículo escolar para tornar o conhecimento dinâmico e nunca encerrado; transformação das relações entre educadores e educandos na dialogicidade e na integração do conhecimento sistematizado e conhecimento popular; e a interação do papel desempenhado, o indivíduo como autor de sua inclusão, ou seja, o protagonismo social é a atual meta da Educação Popular. Por essa concepção, o próprio excluído deve estar apto a buscar aquilo que lhe é de direito. Cabe ao educador popular despertar esse sentimento em sua comunidade (BARBOSA, 2007).

Segundo Carlos (2005) há “atualmente na América Latina uma tendência de ampliação do campo semântico bem como dos espaços de efetivação da Educação Popular, mesmo no seio daquelas práticas educativas centradas na ideologia da defesa dos interesses

das classes populares”. Assim, a luta assumida de educadores populares na atualidade é por uma educação pública de qualidade, democrática e cidadã. Como afirma Gadotti (2000), os educadores populares que permanecem fiéis aos princípios da Educação Popular estão atuando principalmente na educação pública popular, no espaço conquistado no interior do Estado.

Mas, a necessidade de construir uma democracia integral e uma cidadania ativa perpassa por novas práticas de exercícios do poder dentro de uma cultura político-democrática (PONTUAL, 1998). Os valores e a ética são essenciais para a formação dessa cultura política. Nessa perspectiva, um dos grandes desafios para a Educação Popular é justamente a coerência entre o discurso e a prática como exigência ética num contexto de consequências perversas do neoliberalismo, tanto sociais, quanto econômicas e políticas. Para isso é preciso humildade, tolerância e esperança.

Sobre esses aspectos, Freire também contribui significativamente. No seu livro “À sombra dessa mangueira”, ele assim se refere a nossa sociedade:

Uma sociedade desafiada pela globalização da economia, pela fome, pela pobreza, pelo tradicionalismo, pela modernidade e até pós-modernidade, pelo autoritarismo, pela democracia, pela violência, pela impunidade, pelo cinismo, pela apatia, pela desesperança, mas também pela esperança (FREIRE, 1995, p.59).

É nessa realidade descrita que se encontra a Educação Popular e o desafio de uma prática político-pedagógica dos educadores para a formação de uma cultura político-democrática e cidadã das classes populares. Nesse sentido, Freire (1995, p. 73) nos fala que “humildade e tolerância são fundamentais”. Humildade para aceitar que existem outras verdades e tolerância para aceitar e crescer na diferença.

Construir uma escola pública popular é ampliar as aspirações educacionais populares aliadas à reorientação política do nosso país, é adotar para a educação escolar um currículo pensado nas necessidades da população. É fazer uma escola que para Freire (1991, p. 43), “estimula o aluno a perguntar, a criticar, a criar, onde se propõe a construção do conhecimento coletivo, articulando o saber popular e o saber crítico, científico, mediado pelas experiências no mundo”.

Conforme Souza (1997), a perspectiva para a Educação Popular é a do fortalecimento dos processos pedagógicos para aumentar sua contribuição na construção dos poderes locais e globais a fim de ampliar a força cultural, fundamentar o sentido mobilizador dos valores da

justiça, da solidariedade e da igualdade. Assim, haverá a construção de um poder ético em meio a uma integração social sem exclusões.

Freire (2002), sempre criticou a sociedade neoliberal, afirmando ser radicalmente “contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura” . Nunca deixou de lutar pela transformação da sociedade e de questionar o poder dominante. Nunca abriu mão do sonho da mudança radical, da luta pela construção de uma sociedade igualitária, tanto do ponto de vista econômico e democrático como do ponto de vista político, racial e educacional: “é por isso também que é possível, em qualquer sociedade, fazer algo institucional e que contradiz a ideologia dominante. Isso é que eu chamo de uso dos espaços de que a gente dispõe” (FREIRE, 2004, p. 38).

Nos processos de Educação Popular percebemos o quanto é importante trazer na essência de nossas práticas as características apontadas: pois, para que na relação educador-educando se estabeleça de uma relação de horizontalidade entre os sujeitos e a perspectiva da construção coletiva do saber, é preciso incorporar, enquanto princípio metodológico, o conjunto destas proposições. Em contrapartida, incorporar tais princípios não significa, necessariamente, que o educador negue por absoluta sua posição política em meio às manifestações opressoras já salientadas; trata-se de exercer a autoridade fundamental para o desdobramento do processo pedagógico. Em Paulo Freire vemos que:

O grande problema que se coloca ao educador de opção democrática é como trabalhar no sentido de fazer possível que a comunidade do limite seja assumida eticamente pela liberdade. Quanto mais criticamente a liberdade assume o limite necessário tanto mais autoridade tem ela, eticamente falando, para continuar lutando em seu nome (FREIRE, 2008. p.105).

Dessa forma, cabe ao educador problematizar questões obsoletas, desfazê-las e reconstruí-las no processo pedagógico, inferindo de forma categórica em todas as afirmativas que neguem as possibilidades do ser mais. O autêntico promove um pensar verdadeiro e crítico, longe dos conteúdos prontos e acabados que caracterizam o pensar ingênuo – que por sua vez, aceita a realidade como algo dado. Assim, faz-se necessário ao educador dialógico justamente a constante problematização construída em condições desiguais – econômicas, políticas e sociais – deve ser apresentada ao povo de modo que estes a compreendam, partindo da vivência a qual estão inseridas.

Uma visão do mundo reflete uma condição existencial, e somente homens e mulheres, ao contrário dos outros animais, possuem consciência de si e consciência do mundo; portanto, dialogam. É esta condição que permite aos seres humanos serem sujeitos do pensamento e da fala. Como nos ensina Freire:

Para o educador-educando, diálogo, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos educandos, mas a devolução organizada sistematizada e acrescenta ao povo aqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada (FREIRE, 2007, p. 96-97).

O diálogo assume um papel relevante no pensamento de Freire: constrói um movimento de busca pela realização da vocação ontológica de ser mais. Pois, se há diálogo, não há imposição. A imposição de um discurso é uma prática própria dos mecanismos de dominação que torna os homens incapazes de desenvolverem sua humanização. O diálogo é o único meio capaz de produzir um verdadeiro pensar e que não se encerra nele mesmo; quer dizer, não basta somente desvelar a realidade opressora, é necessário que a ação e reflexão caminhem juntas neste processo de busca pela sua libertação. É como nos aponta o professor Brandão:

A ideia do diálogo, que depois se generaliza e consagra, mais do que a política é realizadora, mais do que a política realizadora da justiça na educação, é um princípio cerimonial e realizador da possibilidade de o ato de ensinar e aprender se converter em beleza, emoção, e o poder do consenso que se funda na experiência coletiva de criá-las e compartilhá-las através do ofício de lidar com as palavras (BRANDÃO, 1995, p. 35).

O diálogo é o modo pelo qual se estabelece uma relação diferenciada entre os sujeitos; trata-se de uma situação onde existe companheirismo e respeito pelo ser do outro.

3.2. Educação Popular: uma postura política e ser seguida

Com base na observação histórica, podemos perceber que a consolidação da Educação Popular enquanto programa político de educação estabeleceu-se no interior de um conflito ideológico entre grupos políticos opostos, a fim de garantir interesses completamente diversos. Assumir uma prática em Educação Popular constitui, portanto, a adoção de uma

dessas perspectivas. A consolidação de uma prática efetivamente transformadora da realidade social é condição necessária para o resgate do projeto popular de uma educação com as classes populares, em que o processo de ensino-aprendizagem acontece no interior das lutas políticas, na efetivação de uma práxis comprometida de fato com a transformação das relações de poder que engendram a própria existência do capitalismo enquanto forma de produção de vida (FIGUEIREDO, 2009).

Como nos diz Freire (2007, p. 37-110) com “a radical exigência da transformação da situação concreta que gera a opressão”. Comprometer-se com a Educação Popular nos tempos atuais exige, por parte de educadores e responsáveis por programas de educação, uma visão ampla e atenta sobre as intencionalidades políticas e os objetivos que essa educação tem cumprido na atual conjuntura em que está inserida. É perguntar-se, a todo momento, “quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de que estará o seu ensino, contra quem, a favor de que, contra que”.

Historicamente, a Educação Popular esteve no centro de disputas sociais: sua prática partiu de diversas intencionalidades políticas, desde a promoção de interesses do Estado até o questionamento crítico da ordem vigente. O educador Paulo Freire (1921 – 1977) desenvolveu, a partir de reflexões teóricas e práticas, uma concepção de Educação Popular fortemente comprometida com a causa dos oprimidos. A radicalidade da Educação Popular na perspectiva freireana consiste em construir com os sujeitos formas de compreender a realidade de opressão e elaborar, coletivamente, propostas de intervenção ativa e transformadora no mundo. Promove, portanto, a realização da práxis, por meio da indissociação entre conhecimento e intervenção na realidade.

A conscientização é um compromisso histórico [...], implica que os homens assumam seu papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhe oferece [...], está baseada na relação consciência-mundo (FREIRE, 1980, p. 26).

Freire defende uma concepção de educação comprometida com os oprimidos e com sua libertação da realidade opressora em que estão inseridos. Para que isto seja possível, é fundamental a conscientização a respeito das condições sociais que causam e mantêm a opressão. A conscientização segundo ele, é apenas a tomada de consciência; representa um processo dialético em que ação-reflexão-ação se articulam para a emancipação dos sujeitos. Trata-se da realização da práxis transformadora por aqueles que, indignados com a sua

realidade como dignos e capazes de assumirem como sujeitos corresponsáveis por um objetivo comum (ASSUMPÇÃO; LANDGRAF; PRETURLAN, 2009).

Neste processo, a “leitura do mundo” é um elemento necessário, pois permite o desvelamento da realidade e a crítica aos componentes ideológicos da cultura hegemônica, que geram diversas formas de opressão, expressas no cotidiano pelas maneiras de sociabilidade vigente (ASSUMPÇÃO; LANDGRAF; PRETURLAN, 2009).

Na concepção freireana de educação, a “leitura do mundo” é um dos elementos teórico-metodológicos centrais. É carregada de significado para todos aqueles envolvidos no processo educativo: é um tipo específico de relação entre o ser humano e o mundo. A leitura não é um simples olhar. Ela requer que certos códigos sejam decifrados e, por isso, supõe a atribuição de significados pelo sujeito no processo de codificação. Se falarmos de “leitura do mundo”, falamos então da “decifração” da realidade por meio da construção de simbologias interpretativas pelos sujeitos. Interpretamos a realidade a partir daquilo a que já, em algum momento de nossas vidas, fomos expostos (ASSUMPÇÃO; LANDGRAF; PRETURLAN, 2009).

Seguindo essa concepção, na atualidade não podemos pensar a educação formal sem ligá-la a formação de professores. Nesse sentido, o Ministério da Educação criou a Plataforma Paulo Freire – PARFOR, que consiste em um sistema interativo através do qual os professores poderão se inscrever em diversos cursos de formação em todo o País. Os cursos impulsionam avanços científicos e tecnológicos, novos processos de produção e novas formas de conhecimento no setor educacional, no qual muito se têm discutido a cerca da formação de professores e os saberes que servem de base para sua metodologia.

Em vista disso, pensar em educação implica pensar a formação docente e a prática pedagógica com qualidade. É com base nesse contexto, que a discussão sobre a formação de professores tem aumentado cada vez mais, essa discussão tem se intensificado com a aprovação da nova LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9.394/96), que apresenta no Art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Por sua vez, a resolução CNE/CP Nº 1, de 18 de Fevereiro de 2002 também apresenta no Art. 1º:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, constituem-se de um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica.

Assim, é importante frisar que os saberes sugeridos a formação inicial oferecidos em níveis superiores são de suma importância para que o docente tenha subsídio para atuar em sala de aula junto aos educandos.

Nesse sentido, “a formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados a formação profissional, frequentemente completado por estágios” (LIBÂNEO, 2004).

Desse modo, o professor em exercício necessita de saberes para possibilitar práticas reflexivas, alunos ativos, críticos e participativos, construindo junto ao professor o seu processo de ensino aprendizagem. Isso permite afirmar que, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (Freire, 1996).

Em vista disso, o Ministério da Educação e Cultura - MEC tem se firmado em programas de caráter continuado, destinados à formação de professores em exercício à distância, em cooperação com os sistemas de ensino.

Segundo Freitas (2007), situam-se, nessa perspectiva, os programas vinculados à Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, na qual se inserem os Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação, criados em 2003: o Pró Formação, no âmbito da Secretaria de Educação a Distância - SEED, iniciado em 1997 e finalizado em 2004, direcionado à formação em nível médio dos professores de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental; o Pró-Infantil, iniciado em 2005, dirigido à formação em nível médio dos professores de educação infantil, centrado na formação por tutorias exercidas pelos professores da rede e supervisionadas pelas Instituições de Ensino Superiores - IES participantes. O Pró-Letramento, no âmbito da Secretaria de Educação Básica - SEB, desenvolvido em parceria com os sistemas de ensino e com as universidades da Rede de Formação Continuada e Desenvolvimento da Educação, constitui-se o único programa de formação continuada de professores das séries iniciais do ensino fundamental centrado em alfabetização e matemática.

Para tanto, o Ministério da Educação e Cultura - MEC vem priorizando o desenvolvimento dessas Licenciaturas nas universidades e nas Instituições de Educação Superior - IES. Nesse contexto, está à plataforma Paulo Freire - PARFOR. A mesma é um sistema eletrônico, criado em 2009 pelo Ministério da Educação com a finalidade de realizar a gestão e acompanhamento do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica. O sistema é gerenciado pela Capes que informatiza o processo de gestão, acompanhamento, revisão e planejamento da formação inicial dos professores da educação básica.

Nesse sistema a Capes publica a relação dos cursos superiores ofertados pelas Instituições de Educação Superior para os professores da rede pública de educação básica. Para concorrer à vaga nos cursos ofertados, os docentes devem realizar seu cadastro e pré-inscrição na Plataforma Freire. Os mesmos devem estar cadastrados no Educa Censo na função Docente ou Tradutor Intérprete de Libras na rede pública de educação básica, ter sua pré-inscrição validada pela Secretaria de educação ou órgão equivalente, a que estiver vinculada.

Após esse processo, as universidades extraem a relação de professores pré-inscritos e registram os alunos matriculados. Com o sistema em andamento as IES informam a evasão às secretarias municipais e estaduais de educação, bem como a demanda por formação. São ofertadas 34.155 vagas em cursos de Licenciatura, Segunda Licenciatura e Formação Pedagógica, podem se inscrever nesses cursos os Docentes e Tradutores Interpretes de Libras da rede pública de educação básica.

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR visa induzir e fomentar a oferta emergencial de vagas em cursos de educação superior, gratuitos e de qualidade, nas modalidades presenciais e a distância, para professores em exercício na rede pública de educação básica, a fim de que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN e contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica.

3.3. Os saberes como aspectos pedagógicos da Educação Popular

São construídos mutuamente numa relação de cumplicidade, respeito, austeridade, ética e descobertas. Este é exatamente o diferencial, o que define a revolução no sentido pleno da palavra: o estabelecimento do diálogo com o povo, potencializador de ações políticas para a transformação radical e efetiva da nossa história. Paulo freire nos ensina que:

Sem o conhecimento sério, responsável de como estas populações transformam na sua prática, sua fraqueza em força, é impossível uma comunicação válida com elas. Sem este conhecimento, o que fazemos, enquanto intelectuais pequeno-burgueses, é invadi-las, em termos distintos de invasão sempre – uma espécie de colonialismo revolucionário (FREIRE, 1981, p. 58).

Na medida em que vamos problematizando os aspectos mais significativos da realidade e do conhecimento a ser produzido no espaço formativo, com questões, indagações e verificações das opiniões dos sujeitos, presentes, o que se percebe, de início, é um tremendo estranhamento por parte destes. É como nos aponta o professor Brandão:

A idéia do diálogo, que depois se generaliza e consagra, mais do que a política e realizadora da justiça na educação, é um princípio cerimonial e realizador da possibilidade de o ato de ensinar e aprender se converter em beleza, emoção, e o poder do consenso que se afunda na experiência coletiva de cria-las e compartilhá-las através do ofício de lidar com as palavras (BNRANDÃO, 1995, p. 35).

Os saberes são construídos mutuamente numa relação de cumplicidade, respeito, alteridade, ética e descobertas. Esse é realmente o diferencial, o que define a revolução no sentido pleno da palavra: o estabelecimento do diálogo com o povo, potencializador de ações políticas para a transformação radical e efetiva da história e da humanidade. Uma revolução, na perspectiva freireana é autêntica justamente por trazer o diálogo como principal instrumento na elaboração deste processo. Assim, compreendemos que a dialogicidade culmina no verdadeiro processo de conscientização.

Desta forma, estaremos não apenas fazendo jus ao legado de Freire, mas também nos instrumentalizando por meio destas práticas para a construção de uma outra pedagogia, que recrie Paulo Freire a partir das novas relações, das possibilidades e da realidade histórica. Pois, como o próprio Paulo Freire nos ensinou, ninguém educa ninguém, ninguém, se educa sozinho, as pessoas se educam em comunhão.

Fiori (2007) ressalta que “O Círculo de Culturas – no método Paulo Freire- vive a vidas em profundidade crítica. A consciência emerge do mundo vivido. Objetiva-o, problematiza-o, compreende-o como projeto humano. Em diálogo circular, Inter subjetivando-se mais e mais, vai assumindo, criticamente, o dinamismo de sua subjetividade criadora. Todos juntos, em círculo, e em colaboração, reelaboram o mundo e, ao reconstruí-lo,

apercebem-se de que, embora construído também por eles, esse mundo não é verdadeiramente para eles. Humanizados por eles, esse mundo não os humaniza. As mãos que o fazem, não são as que o dominam. Destinado a libertá-los como sujeitos, escraviza-os como objetos.

Segundo Richardson (1999), a fase do conhecimento chamada de saber, caracteriza-se pelo conhecimento reflexivo. É uma fase humana, na qual o homem toma consciência de sua racionalidade. É a fase em que o homem sabe que sabe, mas não sabe ainda como chegou a saber nem por que sabe.

4. TIÃO ROCHA: O EDUCADOR POPULAR, O ANTROPÓLOGO, O FOLCLORISTA, O HOMEM DA RODA.

Tião Rocha é na verdade Sebastião Rocha, nasceu em Belo Horizonte – MG em 30 de agosto de 1948, homem que ama a educação, que tem "Alma de Educador" e considera que o século XXI é o século da educação. Antropólogo por formação acadêmica; educador popular por opção política; folclorista por necessidade e mineiro por sorte. É fundador do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento – CPCD, organização não governamental sem fins lucrativos. Bacharel e Licenciado em História pela PUC/MG, com mestrado e doutorado em Antropologia Cultural na UNB e Museu Nacional do Rio de Janeiro, tem também mestrado em Cultura e Folclore pela UFMG e INF/MEC. Presidiu também, entre 95 e 98, a Comissão Mineira de Folclore. Foi eleito, em 2001, um dos vinte líderes sociais do Brasil. É autor de propostas pedagógicas premiadas internacionalmente, como o projeto Sementinha e o Bornal de Jogos. Entre outros livros, escreveu Sabores & cores das Minas Gerais (Senac, 1998), Folclore: roteiro de pesquisa (SEC/MG, 1979; Senac/MG, 1980; Sesi/MG, 1987; Sesc/MG, 1996; CPCD, 1996), O saber cristalizado (CPCD, 1995), Projetos de gente (CPCD, 1994), como o projeto Sementinha e o Bornal de Jogos. Entre outras, criou também a “Pedagogia da Roda”, razão pela qual é chamado o homem da roda. Sua pedagogia segue a ideologia dos filósofos: Sócrates, Comenius, Dewey e também se baseia na pedagogia de Paulo Freire.

Tião Rocha foi o vencedor do prêmio Empreendedor Social 2007, realizado pela Folha de São Paulo em parceria com a Fundação Schwab, da Suíça. Panela Hartigan, diretora-executiva da Fundação Schwab cita que “a vitória de Tião Rocha é uma comprovação de que, neste mundo em que queremos tudo instantaneamente, as idéias que inovam só vêm com o tempo. O empreendedor social precisa de muito tempo para fazer a diferença”.

Dedica essa vitória a todas as crianças do sertão de Minas Gerais e diz que sua responsabilidade aumenta, com esse prêmio, bem como aumenta sua fé de que é capaz de fazer um mundo melhor, por meio de todos esses projetos. E que começamos a mudar tudo, quando pensamos em cuidar dos nossos tataranetos.

Tião Rocha começou a ter problemas com a escola logo que ingressou, aos sete anos. Segundo ele, no seu primeiro dia de aula, a professora começou a ler uma história: “Era uma vez um lugar muito distante, onde havia um rei e uma rainha (...)”. Ele levantou o a mão e falou: “Professora, eu tenho uma tia que é rainha”, depois de interrompê-la umas três vezes, ela o mandou ficar calado e disse que isso não existe é história da carochinha e perguntou se ele queria ser expulso por interrompê-la (ROCHA, entrevista TV Globo, 2009).

A partir daí, perdeu o interesse pelas aulas, não tinha prazer na escola, mas apesar de tudo, sempre quis aprender. Quando foi para faculdade, resolveu estudar a história da tia que era rainha do congado. Para pagar os estudos, foi ministrar aulas e se deu conta de que se ele achava aquilo chato e seus alunos também, era porque estava sendo um reprodutor da mesma chatice. Mesmo criando jeitos diferentes de trabalhar com os alunos, não conseguia mudar, era uma experiência muito reformista. Sua experiência só começou a ser transformadora quando um aluno seu se suicidou.

Tião Rocha viu que tinha de aprender a história da vida dos seus alunos, para que eles aprendessem história. Daí começou a deixar de lado a forma e o conteúdo das escolas tradicionais. Passou a implantar no programa das aulas pesquisas para os alunos fazerem em casa, sobre cantigas de ninar, expressões populares, jogos, experiências dos pais com brincadeiras das suas épocas de criança, etc. Foi quando se deu conta de que aquela forma de estudo estava ajudando a aproximar pais e filhos. Foi se libertando dos “conteúdos cheirando a mofo” e viu que estava partindo para uma outra realidade. Esse processo foi evoluindo na reflexão sobre o que é deixar de ser professor e virar educador. O professor ensina, o educador aprende.

4.1. Educação e pedagogia em Tião Rocha

Para o educador, “a escola formal não está só na forma, está dentro da forma, no formol e a considera um cadáver. Por ver o ensino convencional dessa maneira, é que há mais de 20 anos se afastou dos métodos e conteúdos formais e resolveu experimentar processos alternativos de educação”.

A escola formal serve para escolarizar, dando um determinado tipo de informação e de conhecimento que atende um determinado tipo de demanda, um determinado tipo de modelo mental de uma sociedade que aceita, convive e não questiona. Essa escola só escolariza, não educa. Cita que a maioria das pessoas que estão cometendo grandes crimes, são escolarizadas. E, interroga: que escola é essa? Para que serve? Pois, se não está ajudando em nada, só escolarizando, continua sendo branca, cristã, elitista, excludente, seletiva e conformada. Seleciona pessoas, mas não educa. (ROCHA, 1992)

Acha errado que o conteúdo escolar obrigue alunos, a saber, coisas que com o tempo passa a ser conhecimento morto, o professor não pode mudar, pode ensinar as mesmas coisas de formas diferentes, só não pode mexer no conteúdo, pois o vestibular cobra. Do ponto de vista da escolarização, está tudo bem, mas se está educando ou não, ninguém discute.

Segundo Tião Rocha, a educação deve ser um projeto de vida, não de formação para o mercado, e os valores humanos devem estar acima de tudo. A lógica da vida não é ter um emprego, deve-se incorporar valores dignos onde a ciência e a tecnologia estejam condicionadas a esses valores, e que ter analfabetos no país, não pode ser só um problema econômico, é, sim, um problema ético. (ROCHA entrevista TV Globo, 2009).

Para ele fazer educação de qualidade é perfeitamente possível. Mas deve-se fazer sempre esta pergunta: “de quantas maneiras diferentes e inovadoras eu posso” – MDI, o resto se completa com uma ação: educar, alfabetizar, diminuir a violência, gerar mais renda. Feito isso aparecem tantas sugestões para alfabetizar que não se esgota o potencial de soluções para se aprender, vez que na educação a melhor pedagogia é aquela que leva as pessoas a aprenderem e na escolarização, a melhor pedagogia é aquela que dá mais sentido para quem a aplica.

O educador assumiu em 2003, a Secretária de Educação de Araçuaí/MG, e colocou educadores nos ônibus escolares para, durante o trajeto, ministrarem aulas aos alunos, para aproveitar o tempo (mais ou menos duas horas) que levavam para chegar a escola. Disse que deu muito certo, que os alunos aprenderam bastante, e que qualquer secretaria de educação pode fazer o mesmo, só depende do empenho e do querer.

Outra questão fundamental, para ele, é a do acesso aos livros. Quando a criança começa a ir à escola, são vários os livros que tem que levar todos os dias, nas séries mais adiantadas, não leva mais quase nada. Então se perguntou: “se os livros perderam o encantamento ou, se foi à escola que não soube mantê-los encantados”.

Diante desse impasse, juntou bastantes livros e colocou embaixo de uma árvore e mandava a meninada ir lendo. Em volta, deixou montinhos de sucata e placas com os nomes: música, teatro, artes plásticas, literatura. E criou um jogo: tudo que as crianças lessem, teriam que ir de encontro a uma das placas e representar do seu jeito o que leu. Eles ficavam lá a tarde inteira, e ele se perguntava: porque esses alunos nunca visitaram a biblioteca da sua escola? Porque não tinham prazer em ir lá? Na escola quando liam um livro tinham que dissecar a obra, classificar, responder perguntas. Embaixo da árvore não, era leitura por prazer e não por dever. E concluiu que os livros não perderam o encantamento.

Para enfrentar a falta de leitura, e manter esse encantamento, fez “chover livros nas cabeças das crianças, de todo jeito”. Bornal de livros, algibeira de leitura, folia do livro, banco de livros, livros no ponto de ônibus. E enfatizou, é igual propaganda, todos tomam coca-cola, devido á propaganda; vamos fazer esse apelo para o livro. Disse que foi tirando as crianças do estado de UTI educacional e mantendo-as encantadas que elas permaneceram gostando de ler

e que, se vale tudo e é ético, e se nunca foi feito, ele faz, se errar, não tem problema, o importante e que temos que aprender.

Na aplicação de sua pedagogia, tem um conteúdo básico, tem que ter alguma coisa para começar, é precisa aprender os códigos da leitura, a raciocinar e fazer cálculo, as quatro operações básicas, mas não precisa saber o que é hectômetro. É contra o padrão único de todo e qualquer tipo de universalizante e é a favor da diversidade permanente, não se deve negar ou excluir coisas em função de critérios que são absolutamente ideológicos, é possível criar uma sociedade polivalente, diversificada. Para ele é possível aprender brincando, e a escola está na idade média, enquanto as crianças estão no século XXI.

Para nascer uma nova forma de ensinar, é preciso haver dificuldades ou perguntas. Somos movidos por perguntas que nos leva aos desafios e é possível educar debaixo de uma árvore, criar agentes comunitários de educação, aprender fazendo.

A “Pedagogia da Roda” surgiu pelas respostas testadas que viraram novas metodologias pedagógicas, uma forma de evitar a evasão escolar, para não perder os alunos, devemos mantê-los interessados. Só que a escola formal não usou ainda, nem 10% das suas possibilidades, devendo para isso ter a ousadia de experimentar. Lamentavelmente, só se dá a criança apenas o que a escola formal oferece.

Rocha se pergunta por que ao invés de tirar as crianças da rua, e as apreenderem, não modifica a rua? Pois, lugar de criança é na escola, na rua, em todos os espaços, todos os espaços podem ser de aprendizado e diz que há experiências de cidades educativas muito legais.

Suas relações com o governo são sempre iguais, pois a escola que tem agora não é muito diferente da de 8 ou 20 anos atrás, reformam-se os nomes e títulos de tudo que acontece na área educacional, sem a preocupação de reformar o conteúdo: antes tínhamos instrução pública, agora é educação pública, tínhamos o primário, secundário e terciário(ou universitário), agora foi consertado para 1º grau, 2º grau e 3º grau, e não satisfeitos, criaram a educação básica, dividida em ensino fundamental e médio.

No passado tentávamos alfabetizar, nem sempre com sucesso, agora foi salva a situação, pois o objetivo é letramento. Se pinta só a fachada. A lógica, o processo, a metodologia muda muito pouco. Não se consegue estabelecer alianças com os governos porque incomoda pensar diferente deles (CASTRO, 2012).

Dessa forma Tião Tocha se pergunta será que está na hora de se preocupar com os reais problemas da nossa educação. Por esse motivo é que vem aprendendo a fazer política pública não governamental. Pois enquanto as políticas educacionais não deixarem de ser

políticas de governo e passarem a ser políticas de estado, tudo continuará da mesma forma, muda-se os nomes, os títulos e a educação continuará a mesma.

Diante desse impasse, continuará perseguindo “maneiras diferentes e inovadoras” de educar, alfabetizar, gerar renda. Distingue educação de escolarização e busca a realização de um sonho: que se chegue a criar escolas que sejam tão atraentes que professores e alunos desejem frequentá-las até nos sábados, domingo e feriados. Segundo ele, se ninguém ainda fez, é possível fazer. “Antes de dizer que a culpa é da televisão, da sociedade, da fome, desses problemas que são reais, é claro, deve-se experimentar as outras alternativas conhecidas para educar as crianças.”

Sabemos que existem diferentes formas de acesso ao conhecimento, no qual o educador proporciona como processo de ensino aprendizagem aos seus educandos. Dessa maneira, a diversidade permite que os alunos acompanhem um mesmo conteúdo sob diferentes olhares, por diferentes caminhos, facilitando assim a aprendizagem. Nesse contexto, estão os alunos da EJA que depois de um dia de trabalho a diversidade podem contribuir para o dinamismo da aula, para o despertar do interesse, da atenção e do envolvimento dos mesmos no processo de aprendizagem.

Em razão disso, a escolha das atividades a serem desenvolvidas determina a dinâmica e a produtividade em sala de aula. Partindo disso, a sequência didática, é um conjunto variado de situações em que os alunos atuam durante um determinado tempo: um dia, uma semana, todas as terças-feiras, mensalmente etc. (BRASIL, 2006. p. 34). Nesse sentido, as pedagogias de Tião Rocha ajudarão os alunos da EJA na aprendizagem e produtividade, já que os mesmos irão atuar em diversas situações para construção do conhecimento.

De acordo com o autor a melhor pedagogia é aquela que leva as pessoas a aprenderem e na escolarização, a melhor pedagogia é aquela que dá mais sentido para quem a aplica. Dessa forma, na “Pedagogia da Roda” o professor auxilia os alunos na construção do conhecimento, pois a ela tudo pode ser levado, estudado e aprendido. Na “Pedagogia do Sabão” os alunos irão expor o conhecimento popular para a produção de materiais, deixando assim, o lugar de consumidor para assumir o lugar de produtor. A “Pedagogia do Brinquedo” os alunos trabalharão suas dificuldades por meio dos jogos educativos. E por fim, a última sequência é a “Pedagogia do Abraço” no qual o professor atuará com o objetivo de promover a autoestima dos educandos.

Em vista disso, o planejamento para as situações de aprendizagem tem um papel significativo no processo de ensino aprendizagem para os alunos da EJA, visto que as situações didáticas podem garantir, no dia-a-dia, a motivação, o envolvimento e a

aprendizagem dos educandos e para um melhor entendimento, especificaremos a seguir cada pedagogia criada por Tião Rocha.

4.2. A “Pedagogia da Roda”

A “Pedagogia da Roda” surgiu com o intuito de manter os alunos interessados e combater a evasão escolar. Ela sempre é realizada em forma de mandala, todo mundo se vê, não tem dono, a roda tem uma idéia que pertence a todos, todos na roda são educadores e a roda não faz eleição, faz consenso.

A ela tudo pode ser levado, estudado e aprendido, mas deve-se organizar o momento. Se não podemos aprender algo hoje, aprenderemos amanhã. Não exclui e não joga nada fora. Não tem seleção, não tem exclusão, não tem vitória da maioria. A roda constrói uma pauta, estabelece um processo, uma avaliação e faz a memória. Ela pensa, age e volta e se baseia no método Paulo Freire.

A “Pedagogia da Roda” surgiu como experiência, não como solução mágica. Nela não podemos perder ninguém. Tudo o que for falado vai-se estudar, muda-se o jeito de ensinar, para evitar a evasão. Todos passam a participar com qualidade e trazem as suas contribuições, com essas ações, paramos de perder pessoas na roda.

4.3 A “Pedagogia do Sabão”

Surgiu há 23 anos em Curvelo-MG, quando Tião Rocha foi chamado para interagir com as escolas públicas da prefeitura. Recebeu uma pilha de relatórios. Todos listavam as necessidades: material de limpeza, água, comida e por aí vai.

Uma professora chegou perto dele e disse: “na minha lista tem um bocado de coisa que eu posso fazer: sabão, detergente”. Ele estranhou e perguntou a ela como era que se fazia sabão. Ela respondeu: “eu não acredito que um cara que estudou até na universidade não sabe fazer sabão”. E ele não sabia.

A professora contou a ele que para fazer sabão, não ia precisar de nada, pois na escola tinha tudo que precisava. Ele perguntou: porque então não faz? Ela perguntou se podia e ele respondeu que ela podia tudo, desde que fosse para melhorar as condições da escola. Passado um tempo, ela juntamente com os alunos, já estava produzindo 85 itens de tecnologia de baixo custo e hoje são mais de 1.700 itens.

Ele descobriu que fazer sabão, remédios, etc, passou a ser um pretexto para as pessoas se reunirem, falarem de suas vidas e ele passou a usar isso como pretexto nas reuniões de comunidade, onde as pessoas deixavam o lugar de consumidor para assumir o lugar de produtor.

Tião Rocha começou a adotar esta prática em tudo, com as crianças do projeto ser criança, que juntou pela primeira vez há 22 anos em Curvelo-MG, propôs uma aposta: no dia em que não conseguissem inventar os próprios brinquedos, ele começaria a comprar. Nunca perdeu. O lixo limpo vira sucata. A sucata vira matéria-prima, que virou negócio, uma fabriqueta de brinquedos. A partir da “Pedagogia do Sabão” criaram uma cooperativa que cria brinquedos.

4.4. A “Pedagogia do Brinquedo”

A “Pedagogia do Brinquedo” é um processo que gerou esses jogos todos. A “damática”, por exemplo, que surgiu para resolver problemas de aprendizado. Hoje, se tem os bornais de jogos, com mais de 150 jogos diferentes. E se faz isso com os recursos disponíveis e tudo tem que ter pelo menos duas funções. No caso dos brinquedos, eles são aproveitados para o ensino. É muito mais gostoso aprender brincando. O que se faz é pensar como o brinquedo pode ser construído e como ele pode ser usado para tornar o aprendizado divertido, encantador.

4.5. A “Pedagogia do Abraço”

A “Pedagogia do Abraço” surgiu em 1995, quando se deu uma crise conceitual grande. Na avaliação do final de ano, foram falando da horta, da brinquedoteca, até que Tião Rocha perguntou por que estavam falando de horta se o objetivo daquele projeto era promover a autoestima. Deu um branco em todos e resolveram fazer uma parada estratégica. Porque se falou que queria promover a autoestima? Como ele sabia se uma pessoa estava com a autoestima alta ou baixa? Qual é o indicador? Pronto, o projeto parecia uma enganação...

Feita a lista de indicadores que era consenso na roda, passou-se a ver se as atividades ajudavam na autoestima. O futebol, por exemplo, se não tivesse nada a ver com autoestima, precisaria ser tirado do projeto. Mas isso era um problema: significaria perder os meninos.

Foi então que as regras do jogo foram mudadas. Inventamos um futebol amarrado pelos braços e pelas pernas. Duas pessoas formam um único jogador. No jogo amarrado, a

primeira coisa é aprender a andar. Depois, a respeitar o outro, ser solidário. Era muito divertido, fazia um bem.

Logo depois, Tião Rocha inventou outro jogo. Chegava perto de um menino ou menina e se estivesse limpo e bem arrumado, dava um abraço bem apertado. Se não tinha se cuidado, só cumprimentava de longe. Era uma brincadeira, mas também uma provocação. Isso foi fazendo com que eles se arrumassem para conseguir o abraço. A conta de água aumentou, demandaram xampu, queriam pintar as paredes. Aquilo fazia bem. Virou a pedagogia do abraço.

Havia grupos que tinham mais dificuldades, aí ele fazia a oficina de cafuné, pois tinha gente que não sabia o que era cafuné. O que chamamos de pedagogia do abraço é esse exercício permanente de acolhimento em relação ao outro.

4.6. Espaço de brincar e aprender – CPCD

Tião Rocha acreditava que era possível criar um espaço onde as crianças pudessem de fato "ser criança". Onde o brincar fosse a primeira "sementinha" para o estar junto, o organizar-se e o ser feliz. Onde a tinta e a madeira, a história e o sonho, a palavra e a terra, o alimento e o jogo, o canto e o trabalho fossem um pretexto para exercitar-se no aprendizado diário de crescer como ser humano, não perfeito, mas completo.

Criada por Tião Rocha e fundada em 1984, em Belo Horizonte/MG, o Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento – CPCD é uma organização não governamental sem fins lucrativos, que tem a missão de promover a Educação Popular, tomada como matéria-prima de ação institucional e pedagógica e promove educação popular e desenvolvimento comunitário com uso de brincadeiras, bibliotecas ambulantes, teatro, música, criação de produtos e cursos profissionalizantes.

O CPCD vem desenvolvendo projetos que já se tornaram referência de qualidade, exemplo de desenvolvimento sustentado e alternativa eficaz na implementação de políticas públicas e sociais e já criou e adaptou mais de 2.000 tecnologias a partir do saber popular para uso em escolas e comunidades de baixa renda. Com a “Pedagogia da Roda” e projetos como o Bornal de Jogos, que utiliza 150 jogos para o ensino de matemática, português e outras disciplinas, o instituto avançou sertão adentro e alcançou sete Estados brasileiros. Os projetos, pedagogias e tecnologias criadas pelo CPCD foram e estão sendo implantados em outras regiões de Minas Gerais, Vale do São Francisco e Vale do Jequitinhonha, e disseminados para outros estados como Espírito Santo, São Paulo, Bahia e Maranhão e, até para outros países

como Moçambique e Guiné Bissau. Nestes 29 anos de atuação, mais de 20 mil crianças e jovens já foram alfabetizados pelo CPCD. Como Tião Rocha enfatiza: “nosso tripé – metodologia inovadora, formação de educadores e participação comunitária”. Para participar dos projetos, o aluno em idade escolar tem que está regularmente matriculado em uma escola formal, para que, no outro horário, possa tomar parte das atividades do projeto.

Tião Rocha, diz que para que a criança tenha um bom desenvolvimento escolar, é necessário antes de tudo que tenha alimentação, educação, felicidade, liberdade e saúde. Neste sentido, sempre que chega as comunidades carentes para implantar sua pedagogia de roda, faz mutirões com as famílias das crianças, para implantação de cisternas, hortas, pomares, tudo em forma de mandala. Assim, melhora a vida das famílias e consequentemente, traz alimentação, união e saúde para as crianças, que ficam mais susceptíveis ao ensinamento escolar e ao entrosamento familiar e comunitário.

Afirma Freire (1979) que o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. A educação, portanto, implica numa busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso ninguém educa ninguém. Significa que tanto o professor quanto o aluno são postos em nível de igualdade, ambos são sujeitos, rompendo com a visão tradicional em que o professor é o sujeito e o aluno é o objeto.

Freire defende a educação progressista e emancipadora na qual a prática educativa é o elemento fundamental no processo de resgate da liberdade (GADOTTI, 2007). Para ele, o educador precisa saber que ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.

É preciso buscar uma prática pedagógica capaz de superar um processo educacional enraizado há séculos, uma ação educacional mais interativa e dinâmica por meio de ações que levam à aprendizagem reconstrutiva marcada pela relação entre educador-educando e educando-educando. O desafio dessa proposta deve ser mais que ensinar, aprender com o educador assumido a condição de orientador, cujo foco seja formar sujeitos competentes, tecnicamente instrumentalizados, capazes de construir a história individual e coletiva (VIEIRA, 2007).

Neste sentido o nosso objetivo é mostrar que essas escolas que aí estão não educam e são reprodutora da mesmice, e que existem formas diferentes e inovadoras de se escolarizar. Se faz necessário estarmos atentos a observar o que esse processo de educação atual nos revela e até onde nos direciona, uma vez que fazemos parte desse conjunto de mudanças

cotidianas e de valores alterados, vistos como reflexos de uma globalização não desmistificada, pouco entendida, porém, presente em nossas vidas.

Silva (2000) declara que a passagem da humanidade do século XX para o século XXI, nos faz experimentar grandes progressos em uma variedade de áreas, particularmente ciência e tecnologia, e ao mesmo tempo um sério retrocesso na área social. Porém, necessita da participação de pessoas comprometidas com a melhoria na educação, melhoria de vida e acesso aos bens coletivos da sociedade para que seja um processo emancipatório de cada indivíduo constituinte da sociedade.

As mudanças sócio-políticas, econômicas e tecnológicas decorrentes do processo da globalização constituem novas formas de pensar a sociedade e o conhecimento, acarretando um novo paradigma educacional (MORAES, 2000). Neste mesmo pensamento, Moran (2003), afirma que ensinar e aprender são os desafios maiores que enfrentamos em todas as épocas e particularmente agora em que estamos pressionados pela transição do modelo de gestão industrial para o da informação e do conhecimento.

O conhecimento é construído ao longo do tempo através dos contatos entre indivíduos e da troca de informações existentes nas relações no meio físico (universo) e social (relações entre pessoas), fomentando a busca pela autonomia social dos indivíduos e construindo uma educação significativa para vida, bem como para a convivência em sociedade (NASCIMENTO, 2006).

Neste sentido, Takahashi (2000), ressalta que a educação é o elemento-chave na construção de uma sociedade baseada na informação, no conhecimento e no aprendizado. Por sua vez, Nascimento (2006), explica: “entendemos que esta educação permite construir conhecimento para um aprendizado que faça sentido, pois fazemos parte de um contexto de intenso convívio com as novas tecnologias, provocando mudanças que acarretam transformações individuais e coletivas, nos valores e nas formas de atuação social”. Dessa forma, surgem novas práticas de convivência e aprendizado em sociedade.

Assim, “educar” será, portanto, desenvolver processos de aprendizagens abrangentes, segundo critérios como consistência, previsibilidade, motivação, envolvimento, performance, capacidade de articular conhecimentos de comunicar-se e estabelecer relações sociais com a comunidade (CAPISTRANO, 2005).

O sistema educacional atual exige uma adaptação da geração de novos conhecimentos para acompanhar o avanço emergente das novas tecnologias. Sob este prisma de adaptação de novos conhecimentos, Délors (2001) afirma que para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais, que

ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre os meios envolventes; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; e finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho verificamos que as preocupações com a educação para as populações excluídas, vêm sendo discutida há várias décadas por pesquisadores da Educação Formal, Educação Popular e Educação Não Formal, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Todavia, embora existam várias produções acadêmicas sobre estas temáticas, nos cursos de Pedagogia e licenciaturas no Brasil, essas discussões ainda são bastante insignificantes, para o tamanho do problema que engloba a educação popular brasileira.

Problema este que foi e continua sendo uma escola fortemente livresca, isto é, orientada pela Educação Formal e outra escola orgânica, orientada pela Educação Popular, cuja discussão objetiva dos problemas sociais da experiência democrática e as suas raízes culturais. A Educação Popular é diferente da Educação Formal porque não é uma educação imposta, já que se baseia no saber da comunidade e incentiva o diálogo, sendo diferente de uma Educação Não Formal porque possui uma relação horizontal entre educador e educando. Porém uma modalidade de educação não é mais importante que a outra, uma vez que ambas se interpenetram. Todas ocorrem na vida dos educandos e, precisamente pela importância das práticas educativas não formais, há a necessidade da educação intencional, sobretudo a formal, escolarizada, a fim de alcançar objetivos pré-estabelecidos.

Constatamos também que a escola de hoje é previsível demais, burocrática demais, pouco estimulante para os bons professores e alunos, está envelhecida nos seus métodos, práticas, procedimentos e currículos; cada vez mais se distancia da sociedade. A escola de hoje precisa partir de onde o aluno está, das suas necessidades, preocupações, curiosidades, e construir um currículo que dialogue continuamente com a vida, com o cotidiano; uma escola situada no aluno e não no conteúdo, que trate de questões centrais do cotidiano como alimentação, saúde, organização das pessoas, trabalho, cidadania, liberdade, felicidade, valores éticos, política, oprimido, economia, direitos sociais, religiosos e culturais, entre outros.

Verificamos a necessidade da construção de uma escola cidadã séria, pública, democrática e autônoma, que seja para todos, que faça parte de um sistema único público e descentralizador. Daí a necessidade de políticas de Estado que garantam uma educação popular de qualidade e contínua, independente do governo que aí esteja e que tenha por objetivo, sobretudo, formar cidadãos para o mercado e para o mundo.

Concluimos ainda que a pedagogia de Paulo Freire e a pedagogia de Tião Rocha em muito contribuem para a Educação Popular e que esses educadores propõem uma educação

emancipadora que se direciona a conscientização das camadas empobrecidas da população bem como a emancipação política, vez que a Educação Popular contribuir para melhorar a escolaridade, o nível cultural e as condições de vida das classes populares.

Portanto, acreditamos que a Educação Popular veio para contribuir e para reacender a chama da esperança das classes populares, pois propõe uma relação educativa que vai além do trabalho com conteúdos escolares, vai em busca da formação do homem como pessoa, ao invés de homem como coisa, do homem como um ser social comprometido com as causas sociais de seu tempo, insatisfeito, sonhador, esperançoso e fundamentalmente transformador.

Por fim, concluímos que as matrizes que fundamentam a Educação Popular são: uma educação voltada para as necessidades e interesses dos educandos, que tenha por base o diálogo entre educador e educando; uma educação crítica com temas e conteúdos significativos para a realidade dos educandos; uma educação com temas universais, nacionais e regionais, e que dialoga com a cultura regional e local; e, por acharmos este assunto de suma importância, escolhemos trabalhar sobre o tema: EDUCAÇÃO POPULAR: recortes da educação não formal na pedagogia de Tião Rocha, visando contribuir para a Ciência, a Educação Popular e a Sociedade.



“Todas as maneiras diferentes e inovadoras de educação, alfabetização e geração de rendas são válidas, quando se trata de educar e escolarizar”. Tião Rocha.

REFERÊNCIAS

- ABAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Ed. Martins Fontes. São Paulo. 1998.
- ARROYO, M. G. **Da escola carente à escola possível**. São Paulo: Loyola, 1986. (Coleção Educação Popular).
- ASSUMPÇÃO, Raiana; LANDGRAF, Flávia Landucci e PRETURLAN, Renata Barreto. **Leitura de mundo na perspectiva freireana: desafios contemporâneos**. In.: Raiane Assumpção (Org.). São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- BARBOSA, Cristina. Educação popular e a construção de um poder ético. Revista Espaço Acadêmico, n. 78, nov./2007. In.: <http://www.espacoacademico.com.br/078/78barbosa.htm> [acesso em 18/02/2013]
- BEISIEGEL, Celso de Rui. **Ensino público e educação popular**. In.: CANESQUI, Ana Maria; et all. (Orgs.). Perspectivas e Dilemas da Educação Popular. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. 3ª Ed. SP, Brasiliense; 1986.
- _____, Carlos Rodrigues. **Em campo aberto: escritores sobre a educação e a cultura popular**. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes; 2002. p.130.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 4, de 29 de janeiro de 1998: **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. In <http://www.mec.gov.br/cne>
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para o Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Ministério da Educação. Secretário da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Trabalhando com a educação de jovens e adultos: A sala de aula como espaço de vivência e aprendizagem**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index>. Acessado em 09/07/2013.

- CAPISTRANO, R. A. **O professor de matemática atuando no ciberespaço: a forma dialética de ensinar e aprender na cibercultura.** In: WANDERLEY, A. C. C.; NASCIMENTO, G. B.;
- CARLOS, Erenildo João. **Seminário da educação popular.** Disponível em In.:<http://www.anped.org.br/25/excedentes25/erenildojoaocarlos06.rtf>. Acesso em 18/02/2013.
- CASIMIRO, Vitor. **O Educacional. Tião Rocha, do CPCD, é eleito o Empreendedor Social 2007.** folha de são paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educação/ult305u348105.shtml>>. Acesso em 11 nov. 2009.
- CASTRO, Claudio de Moura. **A grande Reforma Educacional.** Revista Veja, p. 24, 22 de agosto de 2012.
- DAMASCENO, Maria Nobre, SALES, Celina Maria Veras. **O caminho se faz ao caminhar:** elementos teóricos e práticos na pesquisa qualitativa. Fortaleza: Editora UFC, 2005.
- DÉLORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- DEWEY, John. **Experiência e Educação.** Tradução de Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1971.
- DIONÍZIO NETO, M. **Educação e liberdade em Jean-Jacques Rousseau.** 2004. Dissertação (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos/SP. 2004.
- Disponível em: <http://freire.mec.gov.br/index/principal>. Acessado em 16/03/2013.
- Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acessado em 16/03/2012.
- Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf. Acessado em 16/03/2013.
- DOWBOR, Ladislau, **Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação.** Disponível em: http://www.mhd.org/artigos/dowbor_tecnologias.html. Acesso em 18/03/2013.
- ESCARIÃO, Gloria das Neves Dutra, **Globalização e Homogeneização do Currículo no Brasil.**/Gloria das Neves Dutra Escarião. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.
- FIGUEIREDO, Daniel Augusto. *História da Educação Popular: uma leitura crítica.* IN.: ASSUMPÇÃO, Raiana (Org.). São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- FONTANELLA. Francisco C. **KANT. Sobre a Pedagogia.** Trad. Francisco C. Fontanella. Piracicaba: Unimep, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, ed. 1964 e 1994.

- _____, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação** – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. São Paulo: Moraes, 1980.
- _____, Paulo. **Ação cultural a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____, Paulo. **À sombra da mangueira**. São Paulo: Olho D'água, 1995.
- _____, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, ed. 1996 e 2002.
- _____, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: UNESP, 2004.
- _____, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 30. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- _____, Paulo. **Educação e mudança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREITAS, Helena costa Lopes de. **A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100Especial, p. 1203-1230, out. 2007.
- GADOTTI, M. **Cruzando fronteiras: teoria, método e experiências freireanas**. Disponível em: http://www.pailofreire.org/frontera_p.htm. Acesso em 12 nov. 2009.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez/Autores Associados. 1983.
- _____, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, ED. Artes Médicas, 2000.
- _____, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo Perspec. Vol. 14, nº 2. São Paulo. 2000.
- GADOTTI, M. **A questão da educação formal/não-formal**. IDE (Intitut Internacional Dês DroitsDeL'Enfant). Suisse. 2005.
- GADOTTI, M.; FREIRE, P; GUIMARÃES, S. **Pedagogia, diálogo e conflito**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- GIGGI, G. e Cunha, A. L. **Ensaio sobre a educação popular: retomando reflexões através de Freire**. Revista Contra Pontos. Vol. 7. N. 3. 2007.
- KANT. **Sobre a Pedagogia**. Trad. Francisco C. Fontanella. Piracicaba: Unimep, 1999.
- KHUN, Thomas. **A Estrutura da revolução científica**, São paulo, Perspectiva, 1996.
- LA BELLE, Thomas. Education non-formal et changement social em I Ame-disponível em: www.rbep.inep.gov.br/...emaberto/article/viewFile/... Acesso em 10/04/2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola teoria e prática**. Ed. Alternativa. 5ª edição, 2004.

MACHADO, Uirá. **Educação. As pedagogias do CPCD. FOLHA DE SÃO PAULO**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educação/ult305u348104.shtml>>. Acesso em 10 jul. 2013.

_____, Uirá. **Educação. Para educador, escola formal não serve para educar. FOLHA DE SÃO PAULO**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u347471.shtml>>. Acesso em 09 nov. 2009.

MELO NETO, José Francisco. **Educação Popular: uma ontologia**. In.: SCOCUGLIA, Afonso Celso e Melo Neto, José Francisco (Orgs.) **Educação Popular: OUTROS CAMINHOS**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

_____, José Francisco. **Educação popular: enunciados teóricos**. Vol. 1. João Pessoa: UFPB; 2004.

_____, José Francisco. **Educação popular: enunciados teóricos**. Vol. 2. João Pessoa: UFPB; 2008.

MONROE, Paul. **História da educação**. Tradução de Idel Becker. 14. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. 394p. (Atualidades Pedagógicas, 34).

MORAN, J. M. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In: MORAN, J. M. & MASETTO, M. T. et al. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 7. ed. São Paulo: Papirus, 2000. (Coleção Papirus Educação).

MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente**. 4. ed. São Paulo: Papirus, 2000.

CENTRO Popular de Cultura e Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.cpcd.org.br/>>. Acesso em 18 jul. 2013.

MARTINS, Helem, SANTOS, Jorge. **Vídeo: Uma sala de aula à sombra de cada árvore: Educador Tião Rocha cria escola ao ar livre e traz melhorias na educação de Araçuaí. GLOBO RURAL**. (11/10/2009). Disponível em: <<http://globoruraltv.globo.com/GRural/0,27062,4370-p-20091011,00.html>>. Acesso em 13 ago. 2013

- NASCIMENTO, G. B. **Contribuições para a incorporação da linguagem tecnológica da informação e comunicação no contexto educacional**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba. 2006.
- PAIVA, Vanilda. **Perspectivas e dilemas da educação popular**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- PALHANO, Tânia Rodrigues. **PRAGMATISMO, TRABALHO E EDUCAÇÃO na constituição de 1988**/ Tânia Rodrigues Palhano – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.
- PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular**. Porto Alegre: Tomo Cultura, Camp, 2001.
- QUEM é Tião Rocha**. Disponível em: <<http://www.cpcd.org.br/principal/tiao.html>>. Acesso em 12 nov. 2009.
- REALE, Giovanni.; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**. Paulinas. SP 1991.
- Revista Brasileira de Educação. Resenha de “**Educação como prática da liberdade**” de Paulo Freire Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/275/27501416.pdf>. Acesso em 06 mai 2010.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e Técnicas/Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres... (et al.). – São Paulo: Atlas, 1999.
- ROMÃO, José Eustáquio. **Pedagogia Dialógica**. Ed. Cortez, 2002.
- SILVA, Mauricio Oscar da Rocha. **O mito cartesiano e outros ensaios**. São Paulo: Hucitec, 1978. 184 p.
- SILVA, J. F. (Org.). **Diversos olhares em educação**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.
- SILVA, L. H. **Século XXI: Qual o conhecimento? Qual o currículo?** 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- SOUZA, João Francisco. **Que educação é direito de todos?** In.: Revista de Educação AEC. Ano 26, nº 105. Out/dez, 1997.
- TAKAHASHI, T. **Sociedade da Informação no Brasil: livro verde**. Brasília; Ministério da Educação , Ciência e Tecnologia, 2000.
- TRILLA, Jaume. La educación fuera de la escuela: ámbitos no formales y educación social. - Barcelona: Editorial Ariel, 1996.
- VIEIRA, M. G. **Construção coletiva do conhecimento: Todos aprendem e todos ensinam**. 2007. Dissertação (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, 2007.

APÊNDICES